

ANTÓNIO MARCOS PEREIRA MARTINS SERRÃO

O JARDIM NO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Prof. Doutor Vítor Manuel Araújo de Oliveira

Universidade Lusófona do Porto

FCAATI – Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologia da Informação

Porto
(2015)

ANTÓNIO MARCOS PEREIRA MARTINS SERRÃO

O JARDIM NO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Orientador científico: Prof. Doutor Vítor Manuel Araújo de Oliveira

Universidade Lusófona do Porto

FCAATI – Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologia da Informação

Porto
(2015)

JÚRI:

PRESIDENTE: Prof. Doutor Pedro Cândido Almeida D` Eça Ramalho

ARGUENTE: Prof. Doutora Isabel Maria da Cruz Batista Matias

ORIENTADOR: Prof. Doutor Vítor Manuel Araújo de Oliveira

ÁREA CIENTÍFICA: Arquitetura

DATA DO ATO PÚBLICO DE DEFESA: 14/12/2015

À minha família, em especial, à minha esposa,
dedico esta dissertação.

Agradecimentos

Finalizada uma etapa importante da minha vida, não poderia deixar de expressar os meus profundos agradecimentos, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram e que me acompanharam nesta longa caminhada da minha formação académica - para eles, os meus reconhecidos agradecimentos.

Aos meus pais, família e amigos que nunca deixaram de acreditar em mim e que estiveram sempre presente nos momentos de maior aflição, agradeço pela compreensão, apoio e força dada para a conclusão deste curso.

À minha esposa, por fazer parte da minha vida e me mostrar que tudo é possível. Que os nossos sonhos se tornem realidade. Contigo tudo é realizável.

A todos os professores do curso de arquitetura da Universidade Lusófona do Porto. Um especial agradecimento ao Professor Doutor Vítor Oliveira pela sua dedicação, disponibilidade e rigor que sempre manifestou.

Resumo

Nos dias de hoje é um facto assumido que os jardins públicos são fundamentais no meio urbano, pela sua contribuição ambiental, social, económica e estética, mas também enquanto elemento de valorização urbana. Em meio urbano, o contacto com a natureza tem vindo a tornar-se mais escasso, à medida que as cidades se desenvolvem e expandem, numa época marcada pela excessiva urbanização e pela escassez de recursos naturais e económicos.

A presente dissertação tem como objetivo principal refletir sobre um modo de pensar e construir a cidade onde a implementação de espaços verdes em meio urbano surge como elemento fundamental. O jardim adquire nesta perspetiva um papel central no desenvolvimento sustentável da cidade.

A primeira parte da dissertação corresponde a uma revisão da literatura analisando, num primeiro momento, a evolução histórica de modelos de cidade com um enfoque na integração de espaços verdes e, num segundo momento, a evolução histórica dos jardins públicos da cidade do Porto - onde se localiza o projeto de intervenção que será analisado na terceira parte. A segunda parte da dissertação centra-se no estudo de cinco jardins de uso público da cidade do Porto. Por fim, a terceira parte da dissertação constitui uma reflexão em torno do desenho de um jardim público. Conclui-se a dissertação com um conjunto de considerações finais.

Palavras chave: Jardim Público, Espaço Público, Espaços Verdes, Cidade, Porto.

Abstract

It is widely acknowledged that public gardens have a key role in urban areas, due to their environmental, social, economic and aesthetic contribution, but also as element that contributes to a certain urban enhancement. In urban areas, the contact with nature has become scarcer, as cities grow and expand in an era marked by excessive urbanization and by the scarcity of natural and economic resources.

The main goal of the dissertation is to reflect on a way of thinking and building the city where the implementation of green spaces in urban areas is a fundamental element. In this perspective the public garden acquires a central role in the sustainable development of the city.

The first part of the dissertation is a literature review analyzing, in a first moment, the historical evolution of city models with a focus on the integration of green spaces and, in a second moment, the historical evolution of the public gardens of Porto – where the intervention project that will be discussed in the third part is located. The second part of the dissertation focuses on the study of five gardens for public use of Porto. Finally, the third part of the dissertation is a reflection on the design of a public garden. The dissertation is concluded with a number of final considerations.

Keywords: Public Garden, Public Space, Green Spaces, City, Porto.

Índice

Índice de figuras	8
Introdução.....	10
Capítulo I. Revisão da literatura.....	11
1.1. Evolução da “cidade verde” na origem urbanística moderna	12
1.2. A conceção dos jardins públicos do Porto	22
Capítulo II. O jardim na cidade do Porto.....	29
2.1. Casos de estudo	30
2.2. Jardim de São Lázaro	31
2.3. Jardim da Cordoaria.....	33
2.4. Jardim da Praça Infante Dom Henrique.....	35
2.5. Jardim do Carregal.....	37
2.6. Jardim Machado de Assis	39
Capítulo III. O jardim no projeto de intervenção.....	41
3.1. Enquadramento.....	42
3.2. Proposta de Hotel para o terreno de intervenção	43
3.3. O Jardim no projeto de intervenção.....	49
Considerações finais.....	54
Bibliografia	55
Anexos (trabalho de projeto)	57

Índice de figuras

Figura 1 - Gravura de uma cidade industrial em 1840	12
Figura 2 - Cidade industrial de Robert Owen.....	13
Figura 3 - Falanstério de Fourier.....	14
Figura 4 - Mapa das intervenções de Haussmann em Paris - a traço cheio as ruas, a quadriculado as novas expansões, e a tracejado os novos parques e jardins	14
Figura 5 - Plano de Barcelona 1864. Gravuras da época e esquemas exemplificativos das formas dos quarteirões propostas por Cerdá	15
Figura 6 - Central Park	16
Figura 7 - Esquema teórico da Garden City de E. Howard	17
Figura 8 - Plantas originais de Letchworth e de Welwyn 1919	17
Figura 9 - Cidade linear Arturo Soria y Mata.....	18
Figura 10 - Esboços da Cidade Industrial por Garnier	19
Figura 11 - A paisagem da cidade moderna, desenho de Le Corbusier	20
Figura 12 - A cidade radiosa de Le Corbusier	21
Figura 13 - Gravura de H. Duncalf da vista do Porto em 1736.....	22
Figura 14 - Jardins e Passeios Públicos Portuenses nos séculos XVII a XIX.....	23
Figura 15 - Alameda do Olival, da Lapa, e do Bonfim.....	24
Figura 16 - Praça da Republica no início do século XX, enquanto terreiro para exercícios militares e Praça da Republica após a construção do jardim	25
Figura 17 - Propostas de zonas desportivas, verdes e rurais do plano regulador da cidade do Porto em 1952.....	26
Figura 18 - Propostas de criação de jardins públicos e zonas desportivas do Plano Diretor da Cidade do Porto, em 1962 de Robert Auzelle	26
Figura 19 - Carta Verde do Porto.....	28
Figura 20 - Localização dos cinco jardins estudados.....	30
Figura 21 - Vista aérea do jardim São Lázaro	31
Figura 22 - Lago central e planta do jardim de São Lázaro.....	32
Figura 23 - Vista aérea do jardim da Cordoaria	33
Figura 24 - Alameda de plátanos, atual carácter geométrico do jardim e planta do Jardim do Carregal	34
Figura 25 - Vista aérea do Jardim da Praça Infante Dom Henrique	35
Figura 26 - Panorâmica do monumento a Infante Dom Henrique, orla arbustiva e planta do Jardim da Praça Infante Dom Henrique.....	36

Figura 27 - Vista aérea do Jardim do Carregal.....	37
Figura 28 - Lago central, relvado embelezado por orlas de flores anuais e planta do Jardim do Carregal.....	38
Figura 29 - Vista aérea do Jardim Machado de Assis.....	39
Figura 30 - Acesso em lajes de betão, vista do coberto arbóreo e planta do Jardim Machado de Assis.....	40
Figura 31 - Planta de implantação.....	42
Figura 32 - Alçado principal pelo exterior do quarteirão.....	43
Figura 33 - Alçado posterior pelo interior do quarteirão.....	43
Figura 34 - Vários esboços de estudo de conceito.....	44
Figura 35 - Corte transversal.....	45
Figura 36 - Corte longitudinal.....	45
Figura 37 - Planta de cobertura / implantação.....	46
Figura 38 - Piso de serviços.....	47
Figura 39 - Piso social.....	48
Figura 40 - Piso privado.....	48
Figura 41 - Esboços do jardim público.....	50
Figura 42 - Jardim público.....	51
Figura 43 - Entrada poente e nascente ao jardim.....	52
Figura 44 - Perfis jardim público.....	52
Figura 45 - Lugares de pausa e estar.....	53
Figura 46 - Alçado poente do jardim.....	53

Introdução

A revolução industrial introduziu um conjunto de grandes modificações na cidade. A cidade moderna foi-se formando tendo como base algumas ideias e conceções teóricas que tinham como princípio a substituição da cidade tradicional por um novo modelo de cidade. Uma das respostas contidas neste modelo seria a integração da natureza no desenho da cidade e a preservação dos espaços naturais de forma a responder às necessidades de uma sociedade em constante crescimento, desenvolvimento e mutação.

Os espaços verdes de uso público são na cidade contemporânea importantes elementos de desenho urbano que participam na configuração e organização do espaço público da cidade, promovendo estratégias que conduzem a um aumento da sustentabilidade e qualidade de vida urbana (ambiental, social e económica), e uma valorização dos valores naturais existentes.

A presente dissertação pretende ser uma reflexão sobre o modo de pensar e construir cidade, tendo como foco os espaços verdes de uso público como instrumento de conceção, organização e planeamento do meio urbano.

A dissertação organiza-se em três capítulos. O primeiro capítulo descreve uma evolução histórica da cidade, marcada pela industrialização do século XIX (variável consoante os diferentes contextos geográficos) e a repercussão na cidade da passagem para o século XX, sob uma perspetiva de integração dos espaços verdes nos vários modelos que caracterizaram este período, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Ainda neste capítulo é apresentado a evolução histórica dos jardins públicos da cidade do Porto, local da proposta a desenvolver no capítulo 3.

O segundo capítulo descreve de forma sucinta cinco jardins de uso público, de média dimensão, da cidade do Porto, relativamente ao tipo de carácter do espaço e ao tipo de função dominante. Os casos de estudo escolhidos foram: o Jardim de São Lázaro, o Jardim da Cordoaria, o Jardim da Praça Infante Dom Henrique, o Jardim do Carregal e, por fim, o Jardim Machado de Assis.

O terceiro e último capítulo diz respeito à proposta de intervenção desenvolvida na unidade curricular de Projeto V para a criação de um estabelecimento hoteleiro e a requalificação do espaço público do quarteirão através de um jardim, descrevendo quais as intenções e abordagens para o local, assim como todo o processo de conceção, com um principal enfoque na proposta de jardim no projeto de intervenção. Conclui-se a dissertação com um conjunto de considerações finais.

1.1. Evolução da “cidade verde” na origem urbanística moderna

“A concepção do espaço público urbano acompanhou as diversas exigências da vida citadina ao longo dos tempos, até à Revolução industrial. A dimensão e as características da cidade moderna alteraram profundamente essas exigências, dando origem a vários conceitos de espaço público, quer formal, quer dos pressupostos científicos que o justificam.” (Magalhães, 1992, p.10)

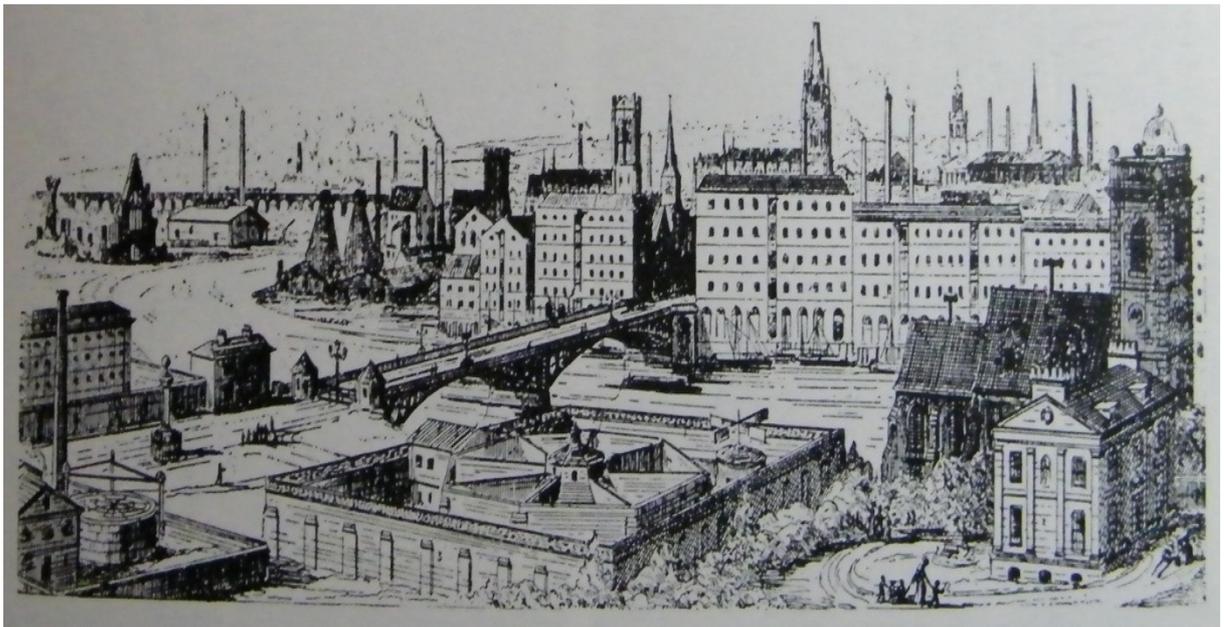


Figura 1 - Gravura de uma cidade industrial em 1840. Fonte: Benévolo, 1982

A revolução industrial (fig. 1) constitui um importante ponto de viragem na evolução humana e urbana e por consequência no modo de fazer cidade. A rápida evolução do processo de industrialização foi acompanhada por um acelerado crescimento da população urbana, resultado do êxodo rural.

Os impactos sociais do aumento demográfico refletiram-se numa diminuição da qualidade de vida e conseqüentemente da qualidade ambiental. Uma resposta a este cenário seria a integração da natureza no desenho das cidades e a preservação dos espaços naturais que garantissem o bem-estar das sociedades urbanas decorrentes do avanço tecnológico. É neste período que surge o conceito de espaço verde urbano que tinha como pressupostos a recriação da natureza no seio da cidade caracterizada por espaços de encontro, estadia ou passeio público. (Quintas, 2013)

Como resposta ao crescimento da cidade industrial e ao descontentamento social de forma a restabelecer o equilíbrio com a natureza, surgem ao longo do século XIX os primeiros conceitos de cidade com base no socialismo utópico. Robert Owen (1771-1858), industrial inglês e proprietário de uma fábrica em New Lanark, desenvolve um modelo de cidade (fig. 2) que visava a melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores, através da criação de pequenas comunidades industriais, autossustentáveis, dispersas pelo espaço verde.

O modelo foi construído num terreno agrícola com aproximadamente 500 ha, onde Owen propõe uma área central ocupada por edifícios públicos (com serviços e equipamentos), e espaços verdes destinados ao lazer e desporto. Em redor do centro, localizavam-se as habitações com jardins e um anel de ruas, que funcionavam como uma barreira às áreas industriais e rurais. (Alves, 2009)

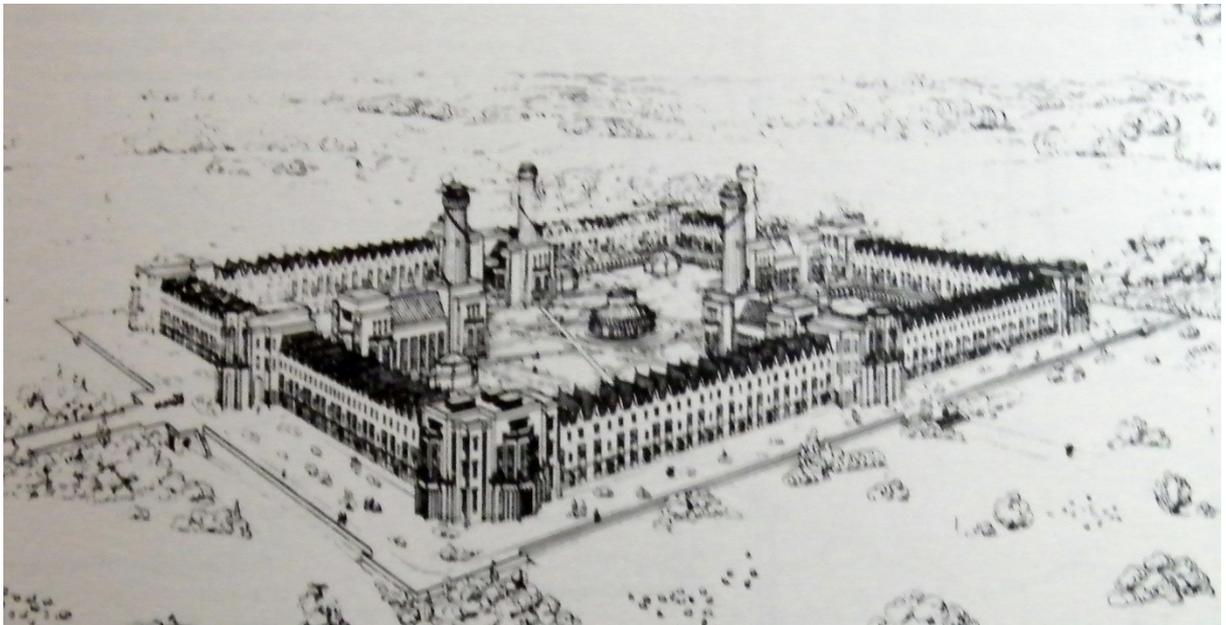


Figura 2 - Cidade industrial de Robert Owen. Fonte: Benévolo, 1982

Em França, Charles Fourier (1772-1837), propõe um outro modelo de cidade utópica, o Falanstério (fig. 3). Assente numa base filosófica e política, acredita na reestruturação da sociedade através da associação e cooperação.

O modelo constituía uma estrutura organizacional de cidade, implantado numa área de 250 hectares, organizando-se funcionalmente em anéis concêntricos, separados por áreas verdes. O primeiro anel é a cidade central, o segundo os grandes edifícios fabris e o terceiro corresponde às para as grandes avenidas. (Alves, 2009)

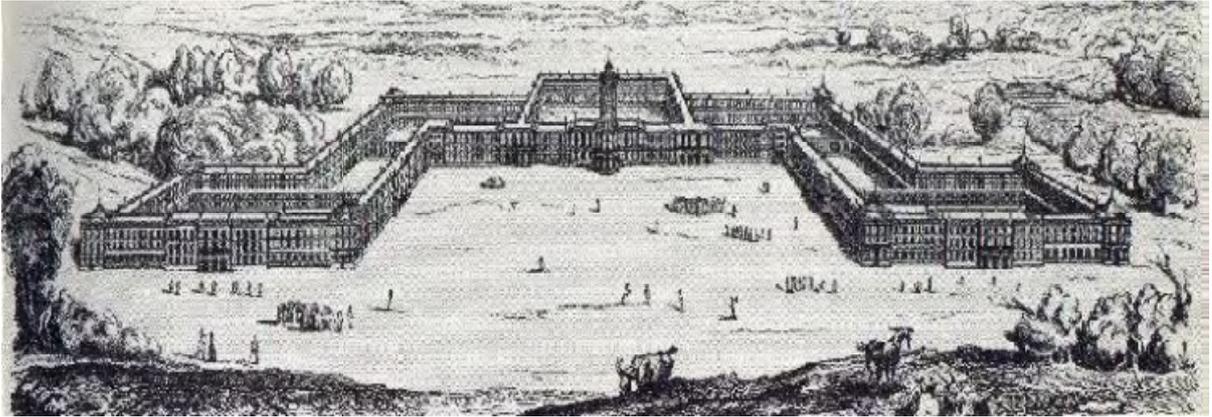


Figura 3 - Falanstério de Fourier. Fonte: Alves, 2009

No Século XIX, surge um conjunto de modelos de expansão urbana das cidades, aliadas às novas necessidades de espaço, ar e salubridade. A implementação de uma rede de espaços verdes na cidade, preservando a paisagem natural, tinha como ponto de partida a regeneração da cidade.

Como exemplo para estes pressupostos, a proposta de Haussman para Paris e o Plano de Expansão de Barcelona de Cerdá, ambas intervenções, em cidades existentes, ambicionam resolver os problemas de insalubridade e congestionamento da cidade, promovendo uma melhor mobilidade e qualidade de vida. (Quintas, 2013)

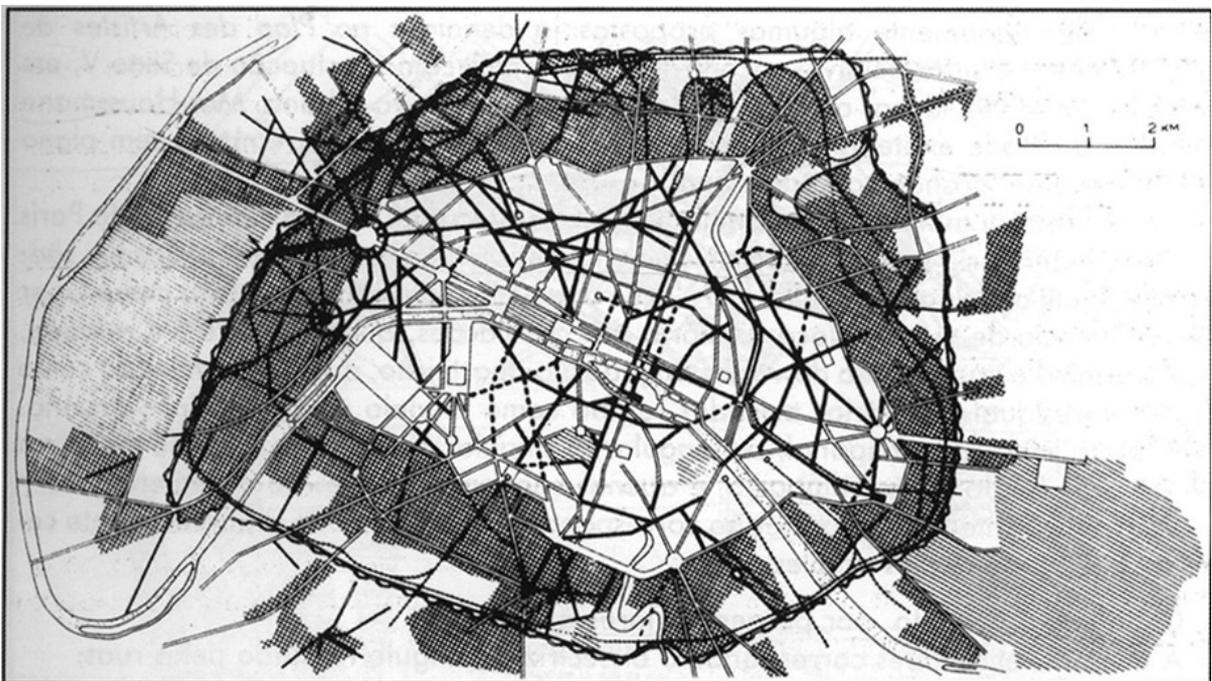


Figura 4 - Mapa das intervenções de Haussmann em Paris - a traço cheio as ruas, a quadriculado as novas expansões, e a tracejado os novos parques e jardins. Fonte: Lamas, 2004

Na proposta de Haussman para a renovação de Paris levada a cabo durante o segundo Império Francês (1851-1870), sobressai a rede viária que estrutura toda a cidade, ligando os diversos lugares e ferrovias com um desenho que busca a regularidade (fig.4).

Os monumentos serviriam como ponto de referência no tecido urbano e os serviços e equipamentos eram integrados de forma eficiente com o objetivo de servirem as necessidades da população. No que diz respeito aos espaços verdes, estes relacionam-se com a higienização da cidade e questões sociais ligadas ao lazer.

Tal como Paris, Barcelona também recebe uma intervenção de fundo, mas este caso é essencialmente um plano de expansão e não de redesenho da cidade existente (fig. 5). O plano de Ildefonso Cerdá (1859) foi projetado para alojar 800.000 pessoas, e consiste numa grelha ortogonal através de um sistema de vias viárias hierarquizadas, que no seu cruzamento formam quarteirões regulares, onde se localizam os edifícios, equipamentos e espaços verdes. O interior dos quarteirões permitiria a implantação de espaços verdes. (Alves, 2009)

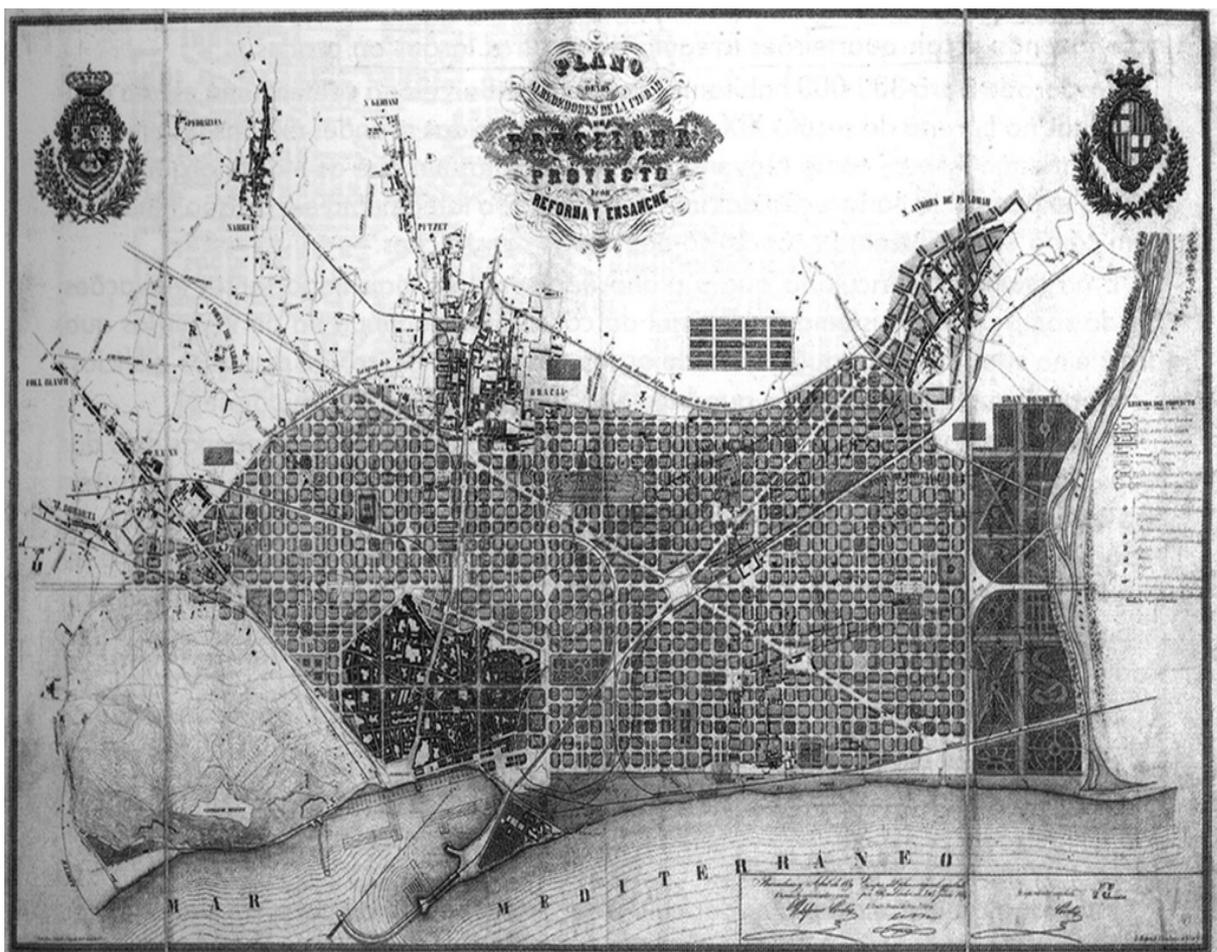


Figura 5 - Plano de Barcelona 1864. Gravuras da época e esquemas exemplificativos das formas dos quarteirões propostas por Cerdá. Fonte: Lamas, 2004

Influenciado e inspirado pelos parques e áreas verdes de algumas cidades europeias, Frederick Law Olmsted aprofundou o conceito de espaço verde público urbano como resposta à problemática da cidade industrial, integrando o parque na estrutura urbana e explorando seu potencial paisagístico, de modo a funcionar como um elemento orgânico de organização e de reforma social. Um dos projetos mais conhecidos de Olmsted é o Central Park em Nova Iorque (fig. 6). (Andrade, 2010)

Mais tarde, o conceito de parque tendencialmente evoluiu para o de um sistema contínuo de parques, que visava a criação de uma rede de espaços verdes interligados em alternativa às unidades de parque isoladas de forma a reduzir as diferenças entre a cidade e campo. Novas experimentações de parques surgiram, como forma de integração da natureza na cidade impedindo desta forma a expansão contínua da edificação. (Pereira, 2011)

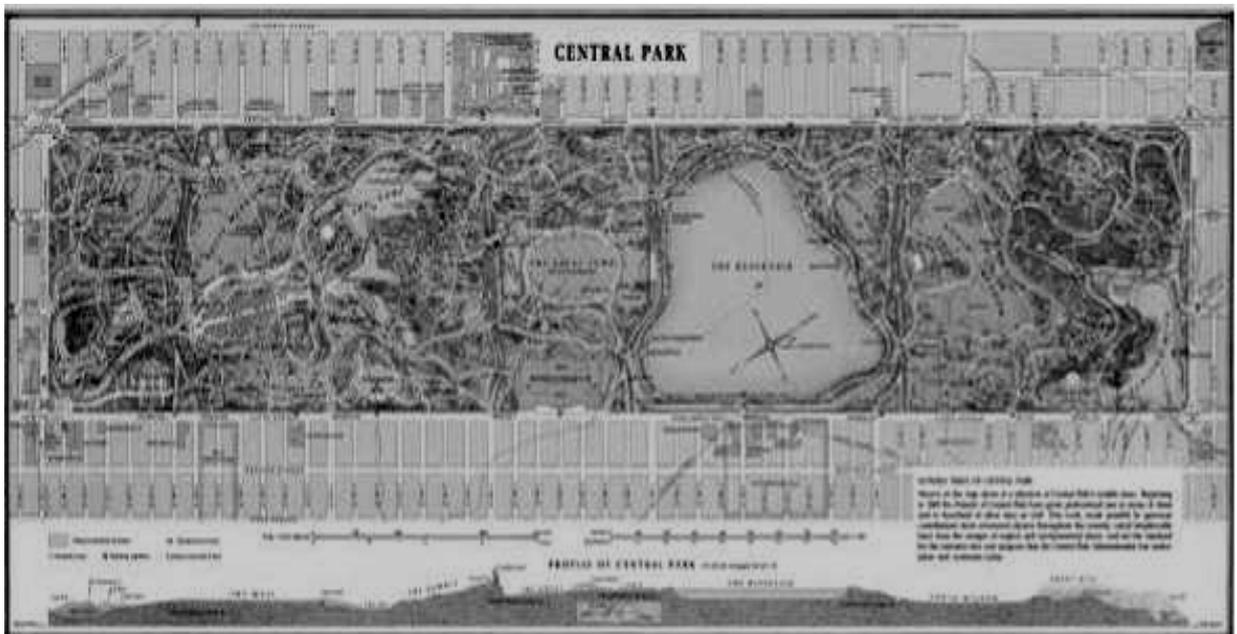


Figura 6 - Central Park. Fonte: Quintas, 2013

Relativamente à integração do verde com o urbano, as primeiras manifestações do período moderno surgiram a partir das propostas de Ebenezer Howard (1850-1928) com o conceito da cidade-jardim como alternativa às formas urbanas tradicionais (fig. 7).

O modelo de cidade-jardim caracterizava-se por uma estrutura verde, composta por vários anéis de espaços concêntricos que serviam diferentes funções. Este modelo surge no contexto britânico do fim do século XIX, como solução para o acelerado crescimento das cidades e modelo de organização económica social e territorial predominantemente caracterizado por espaços verdes num novo ambiente residencial de baixa densidade. (Lamas, 2004)

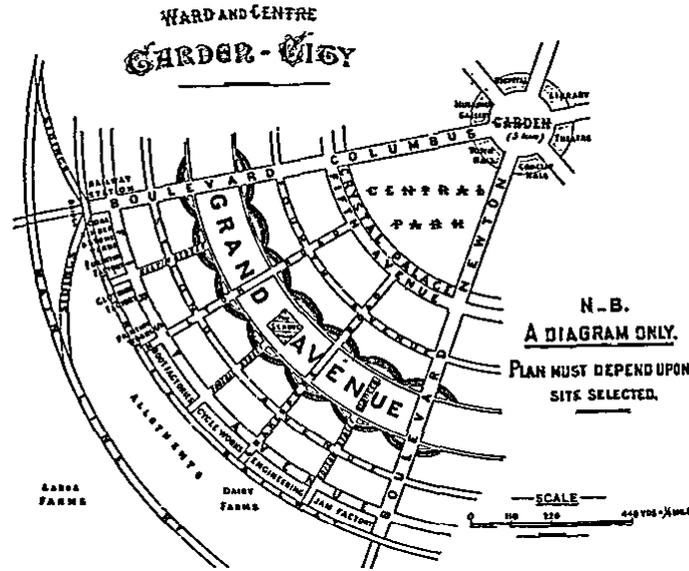


Figura 7 - Esquema teórico da Garden City de E. Howard. Fonte: Benevolo, 2001

Segundo Benevolo (2001), as cidades-jardim de Ebenezer Howard (1850-1928) na primeira metade do século XIX, eram entendidas como a síntese de duas fontes que se ligavam: a primeira resultava numa comunidade perfeita que culminava na síntese cidade e campo e a segunda, o conceito da casa unifamiliar no verde, numa perspetiva de trazer o campo e as suas relações sociais para a desordem da vida urbana das metrópoles (fig.8). Assim, era possível unir a vida social e serviços públicos com os benefícios do campo (o verde, a tranquilidade e salubridade entre outros).

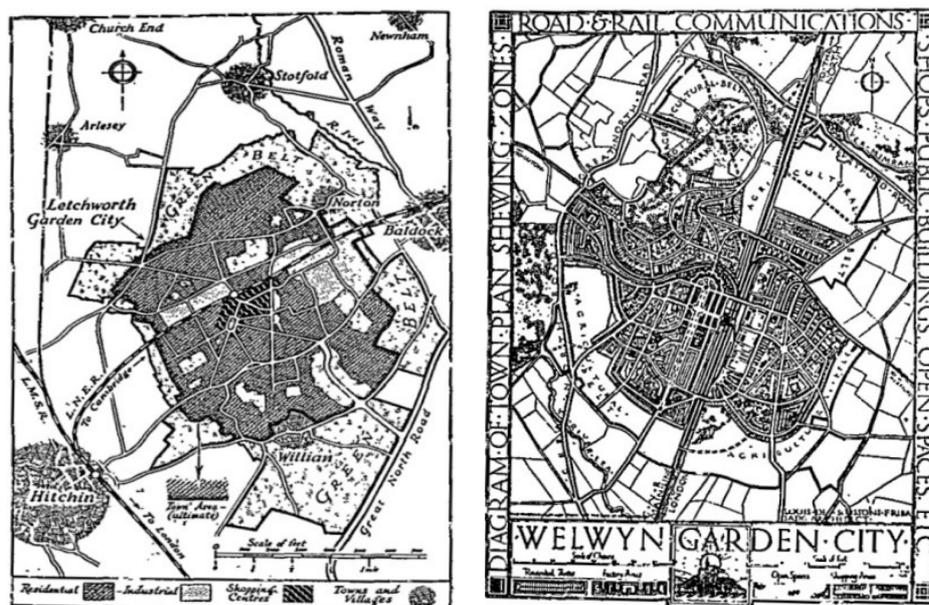


Figura 8 - Plantas originais de Letchworth e de Welwyn 1919. Fonte: Benevolo, 2001

Outro importante contributo para as reformulações teóricas deste período, e como forma de resolver o grande congestionamento da cidade tradicional organizada concentricamente em torno do núcleo partiu do engenheiro Arturo Soria y Mata (1844-1920) que de acordo com Benevolo (2001), propõe a criação de uma estrutura verde composta por cinco componentes lineares através de uma extensa faixa de largura definida com uma ou mais ferrovias ao longo de um eixo central, possibilitando a ligação entre as cidades de forma triangular (fig. 9).

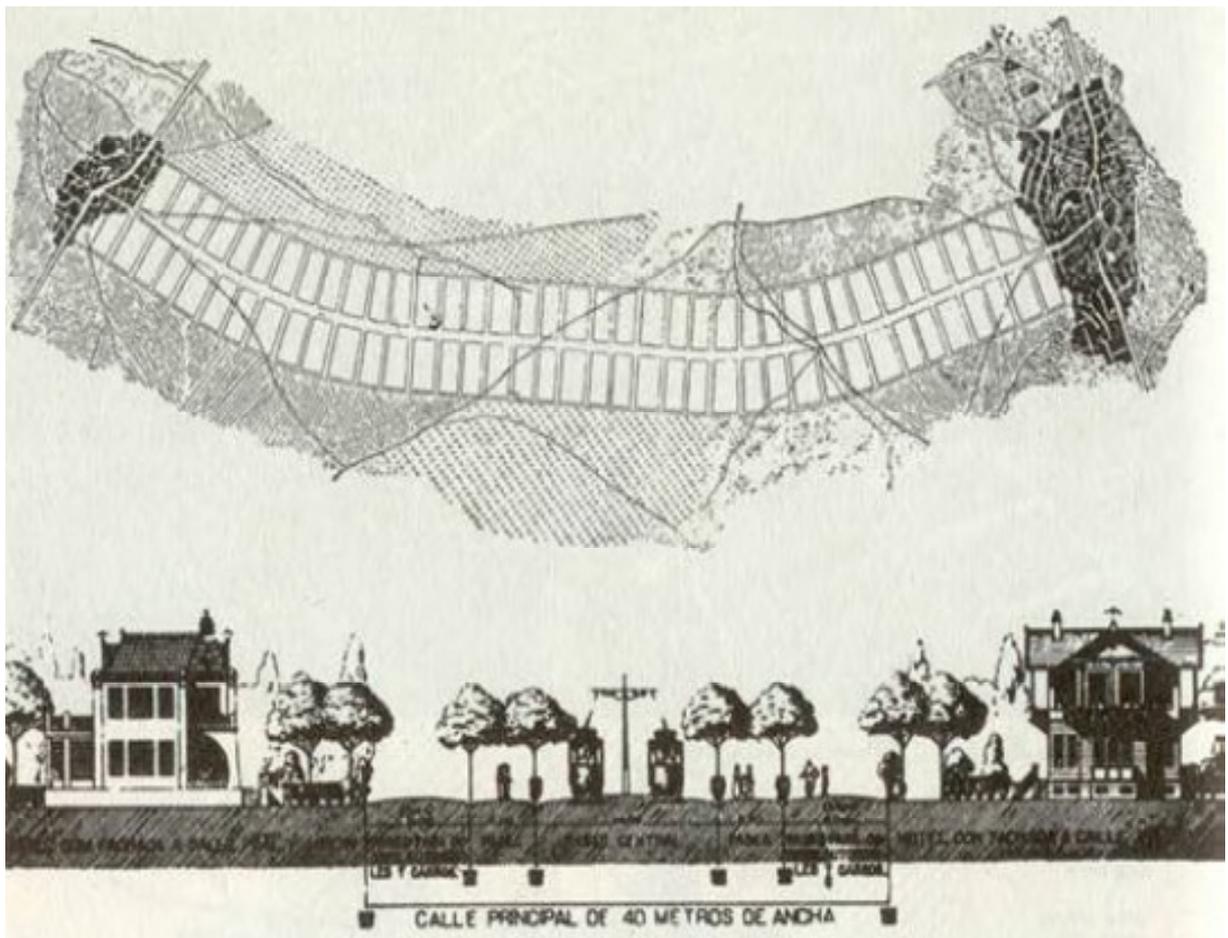


Figura 9 - Cidade linear Arturo Soria y Mata. Fonte: Alves, 2009

“A rua central deverá ter a largura de ao menos quarenta metros, arborizada e percorrida na zona central pela ferrovia elétrica (ferrocarril); as travessas terão um comprimento de cerca de duzentos metros e uma largura de vinte; os edifícios poderão cobrir somente um quinto do terreno, e o lote mínimo ser de quatrocentos metros quadrados, dos quais oitenta para a moradia e trezentos e vinte para o jardim. Para cada família, uma casa, em cada casa, uma horta e um jardim.” (Benevolo, 2001, p. 362)

Neste período, outro modelo de cidade em destaque era apresentado pelo urbanista Tony Garnier, com o conceito de cidade industrial (fig. 10), no qual Garnier propunha organizar a cidade através do zonamento e distribuição das diversas funções e atividades urbanas, separando as áreas residenciais por uma cintura verde. (Quintas, 2013)

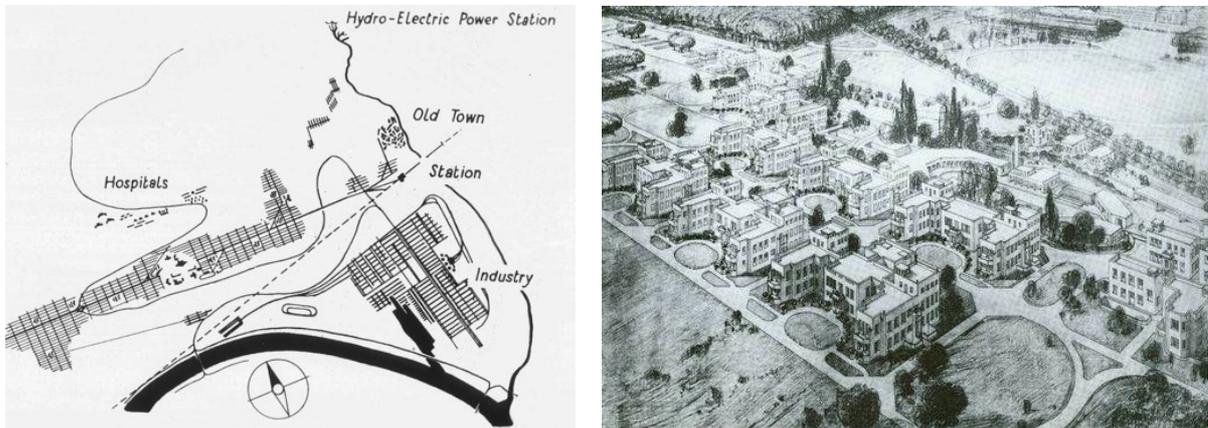


Figura 10 - Esboços da Cidade Industrial por Garnier. Fonte: Quintas, 2013

Segundo Andrade (2010) os parques públicos no início do século XX, voltados para promover a ordem, o lazer e a instrução à população, já eram uma realidade na Europa. No entanto, tanto as atividades como a sua localização privilegiavam o lazer burguês.

O aparecimento dos novos modelos, com base na prática do exercício físico, aliado aos benefícios da saúde, criou novas necessidades aos cidadãos, alterando assim a tradicional apropriação dos espaços livres de uso público.

As cidades Europeias submetidas a profundas alterações económicas, sociais e urbanísticas passaram a definir ideais de um certo progresso positivo e linear, consequência do aparecimento de inúmeros tratados, investigações e das primeiras revistas de urbanismo. O termo moderno consolidou-se e estipulou-se chamar de movimento moderno, incluindo na arquitetura e urbanismo.

Os modelos de organização do território, com base em propostas racionalistas, alteraram profundamente os conceitos anteriores defendidos na maioria dos espaços verdes urbanos. Deixaram de ter uma base clássica apoiada na ordem e harmonia, e passaram a ter princípios de uma organização funcional da cidade em função de critérios de insolação.

O movimento moderno visava o desaparecimento da rua, por uma edificação em altura de modo a libertar o máximo de espaço para as áreas verdes, que seriam indispensáveis a uma melhor qualidade de vida urbana.

De acordo com Quintas (2013), a primeira metade do século XX, foi marcada pela publicação do manifesto urbanístico da Carta de Atenas em 1933 resultante do 4º

Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), e na qual eram enunciadas soluções para os problemas fundamentais da cidade. Segundo a carta de Atenas, o urbanismo teria de assegurar quatro funções primordiais: habitar, trabalhar, recriar e circular, sendo que o sol, a vegetação e o espaço seriam agora ferramentas indispensáveis do desenho da cidade (fig. 11).

“A cidade moderna deve definir um novo tipo de cidade, a contrapor à cidade tradicional”.
(Benevolo, Melograni & Longo, 1980, p. 11)

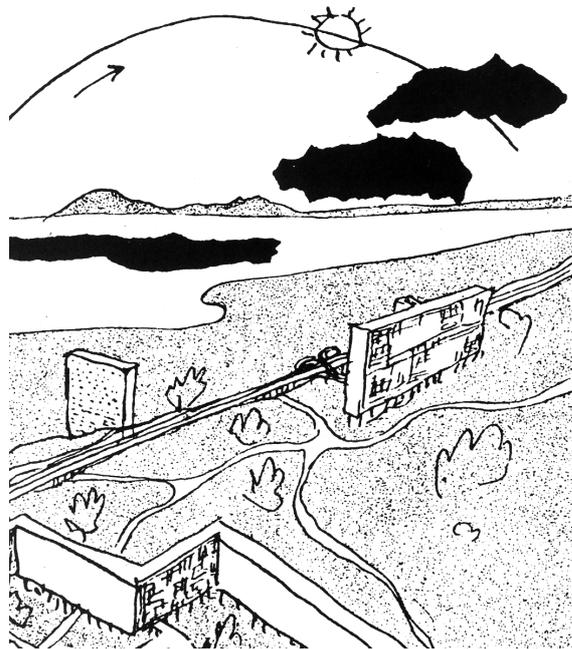


Figura 11 - A paisagem da cidade moderna, desenho de Le Corbusier. Fonte: Andrade, 2010

Segundo Alves (2009), Le Corbusier, no seu modelo de Cidade Radiosa que serviu de base para muitas propostas urbanísticas do século XX, defende a classificação de funções através do zonamento, a standardização, a racionalização do habitat coletivo, e o aumento de espaço verde (que ele enfatiza através do aumento da densidade e das novas soluções construtivas).

Com isto, propunha a construção em altura apoiada em pilares, de modo a que os edifícios possuíssem acesso ao ar, sol e usufríssem de clareza visual para os amplos espaços verdes. Estas propostas eliminam a rua, a praça e o largo e transferem os dois últimos para os terraços dos edifícios, que têm os serviços e equipamentos elementares, sendo a circulação efetuada por meio de ruas internas aos edifícios.

A unidade de habitação passa a organizar a cidade e dilui-se no extenso parque verde, deixando desta forma a rua de ser o elemento primordial da cidade.

Institui ainda a separação viária, cargas e descargas, no subsolo, acesso automóvel e pedonal no nível térreo, e tráfego de atravessamento sobrelevado. Não existe uma estrutura de cidade, um conjunto de elementos que a componham como um todo, e existem sim, um conjunto de edifícios distribuídos num espaço verde, sem escala humana, e onde a função estética e de enquadramento ao edifício é a que se evidencia, uma vez que o que interessa é a quantidade de verde e não a qualidade.

A necessidade de libertar os centros do congestionamento urbano e de reconstruir as cidades no período pós-guerra levou a adotar as teorias e os modelos da Cidade Radiosa e cidade jardim assentes nos princípios da Carta de Atenas (fig. 12).

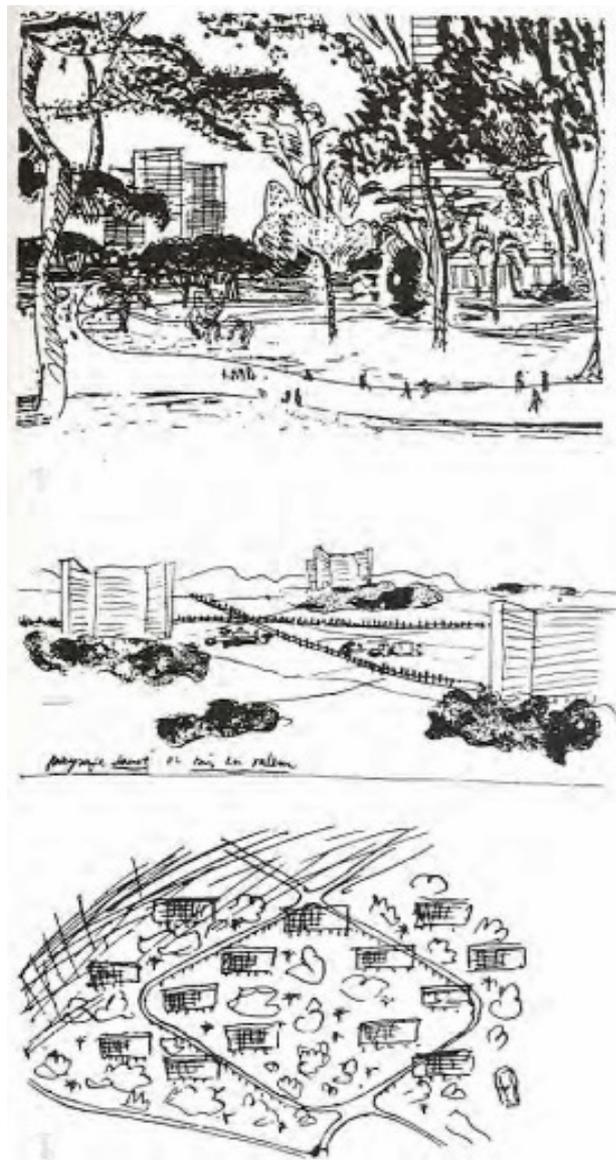


Figura 12 - A cidade radiosa de Le Corbusier. Fonte: Lamas, 2004

1.2. A conceção dos jardins públicos do Porto

De acordo com, Andresen e Marques (2001), a cidade do Porto possui um conjunto variado de jardins históricos, na qual é possível identificar a ligação dos seus habitantes à natureza ao longo dos tempos (fig. 13).

Os jardins do Porto estão primeiramente relacionados com os claustros, terreiros e cercas dos edifícios religiosos, que se localizavam junto das portas do burgo e ao longo das principais saídas da cidade. De referir os conventos de São Francisco, Santa Clara e São Bento de Ave-Maria que funcionavam como os principais espaços abertos da cidade, onde tinham lugar os principais acontecimentos do lazer público da cidade do Porto.

Só posteriormente, quando a cidade se desenvolve para além de muralhas, é que se observa o aparecimento de quintas de recreio, com a dualidade de servirem como espaços de produção e recreio. Mais tarde, alguns campos deram lugar a praças e jardins públicos: o campo do Olival (Jardim da Cordoaria), o campo das Hortas (Praça Nova), o campo dos Ferradores (Praça Carlos Alberto), o campo de Santo Ovídeo (Praça da República) e o campo de São Lazaro (Jardim de São Lazaro).

Todavia, os primeiros espaços de passeio público foram as Alamedas, que se encontravam localizadas no Olival, Virtudes, Vitória, Lapa, Aguardente, Bonfim, Prado do Repouso, Fontainhas e Massarelos (fig. 14).



Figura 13 - Gravura de H. Duncaif da vista do Porto em 1736. Fonte: Andresen e Marques, 2001

“As intervenções de embelezamento levadas a cabo a partir de finais do século XVI, tiveram como principal resultado a formalização de dois espaços ajardinados que viriam a servir como passeio público. São testemunhos da expansão urbana para o exterior do espaço muralhado, já que o crescimento da cidade realçava a exiguidade dos espaços de lazer existentes, embora pareçam traduzir também uma das formas de consubstanciar o processo de dominação filipino. Esses espaços de «passeio público» situavam-se um entre a Porta de Carros e a Fonte da Arca e o outro junto à porta do Olival”. (Martins, 1995, p.629)

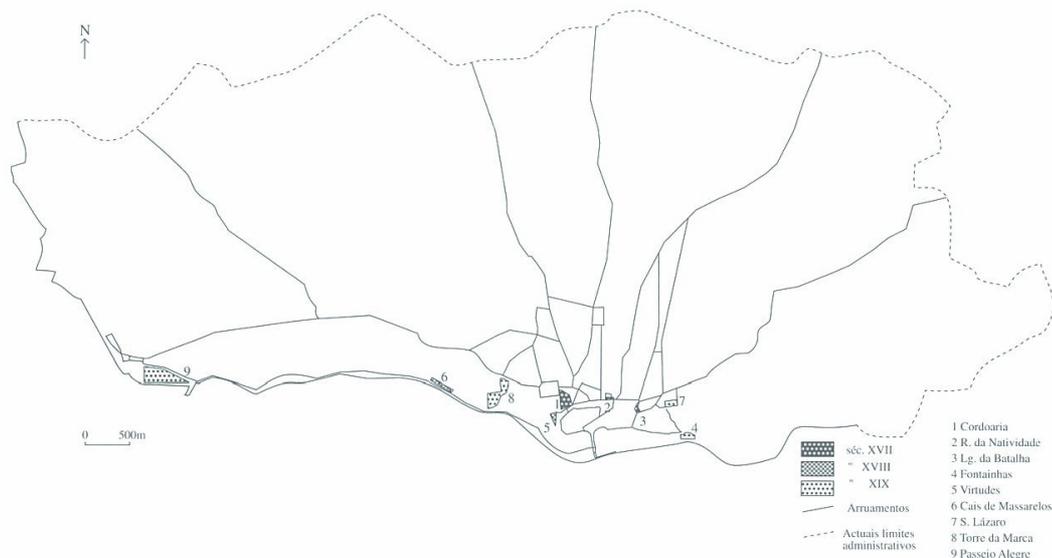


Figura 14 - Jardins e Passeios Públicos Portugueses nos séculos XVII a XIX. Fonte: Martins, 1995

Com o desenvolvimento da cidade do Porto durante o século XVIII, o seu embelezamento passou também pelos jardins de quintas particulares, como o do Freixo, Prelada, Ramalde, ou de Santo Ovídio, da autoria ou sob influência de Nicolau Nasoni.

Os espaços ajardinados do Porto caracterizavam-se nesta fase de urbanização pela assinalável expressão dos locais de passeio público (fig. 15), que mesmo num período conturbado devido às agitações das invasões francesas e da guerra civil, não foi impeditivo para abrir um novo ciclo da vida da cidade do Porto, marcante na forma de fruir o espaço e o tempo de lazer.

Enquanto na parte da cidade intramuros as cercas dos conventos contêm algum espaço verde, os jardins e passeios públicos obtêm uma maior dimensão, principalmente nas frentes de expansão urbana ao contrário da praça e rua.

Os edifícios religiosos, que durante um longo período tinham sido locais privilegiados na cidade, aos poucos foram substituídos por novos edifícios, pelo menos na função. A partir deste momento, novas vontades individuais vão começar a definir renovadas formas de usufruir os tempos de lazer. (Martins, 1995)



Figura 15 - Alameda do Olival, da Lapa, e do Bonfim. Fonte: Andresen e Marques, 2001

A partir do século XIX, rápidos e decisivos avanços tecnológicos, favorecem a criação de uma população com características urbanas e industriais com condições de habitação muito precárias e insalubres. Estas alterações têm um impacto profundo na forma de estar e viver das pessoas na cidade e é neste contexto que gradualmente surge o conceito de jardim público como meio de reforma social e espaço de recreio para as classes socialmente mais desfavorecidas. (Andresen e Marques, 2001)

“O racionalismo das «luzes» e o processo da industrialização, mesmo que incipientes, dão lugar a um novo ambiente cultural e social. As classes que despontam, como uma burguesia e operariado industriais consolidam ritmos de vida diversos daqueles de dominância rural – agrícola (...) Por outro lado, a evolução do pensamento que se propagava pela Europa com os exércitos franceses, vai ter efeitos em Portugal com o afirmar das ideias Liberais que se vão constituir no meio favorável à penetração e ao desenvolvimento do romantismo, definindo diferentes critérios estéticos que significaram uma rutura relativamente aos anteriormente em voga”. (Martins, 1995)

Nos finais do século XIX, constata-se uma multiplicação acentuada de jardins privados, materialização dos ideais liberais e românticos que caracterizaram esta época. No que diz respeito aos jardins públicos, estes também tiveram um grande impulso de construção, nomeadamente devido a jardineiros paisagistas portugueses como João José Gomes (1796-1869) e estrangeiros como Emílio David (1839-1873).

A par do jardim de São Lazaro, a população passou também a ter acesso aos jardins do Palácio de Cristal e da Cordoaria. No início do século XX, a construção de jardins públicos na cidade, passa a obedecer a novos princípios de estética e funcionalidade, tendo como referência os conceitos dos jardins do Palácio de Cristal e Cordoaria, procurando enfatizar um ambiente romântico. *“Grupo de árvores, frequentemente coníferas, caminhos sinuosos definindo canteiros de formas curvilíneas e contrastando com longas e retilíneas alamedas convidativas ao passeio, lagos de formas naturalizadas, grutas e outros artifícios*

construídos em betão armado, marcavam o estilo destes jardins que procuravam, assim, reproduzir a tão desejada áurea romântica”.

Na viragem do século, os primeiros jardins construídos seguem esta lógica romântica, sendo contudo adaptadas às limitações de área e às condicionantes topográficas do local de implantação. De salientar os jardins do Carregal, Passeio Alegre, Arca d'Água e da Praça da Republica entre outros (fig. 16). Andresen e Marques (2001)

O século XX é caracterizado por uma redução na estrutura verde da cidade do Porto. O acentuado crescimento urbano, refletiu-se na diminuição dos espaços verdes e os sucessivos planos de ordenamento não evitaram a sua acentuada fragmentação e descontinuidade.

A cidade do Porto nos finais do século XIX, associada a um desejado desenvolvimento urbano, proveniente do fenómeno da industrialização que se consolidava, era ainda uma cidade profundamente verde, quer pela enorme cintura rural que ladeava ainda a sua pequena estrutura urbana, verde nos interiores do quarteirão das novas expansões e verde do não negligenciável número de jardins públicos disponíveis. (Monteiro e Madureira, 2000)

Martins (1995) refere que com a implantação da república no início do século XX, as áreas de lazer deslocaram-se tendencialmente para a periferia, como consequência da limitação da livre iniciativa privada, em oposição de uma intervenção pública mais marcada. Enquanto, a segunda metade do século XIX representou a criação de muitos jardins públicos importantes na cidade do Porto, o século XX caracterizou-se por poucas realizações e numerosos planos de ordenamento, para além da passagem de alguns espaços para a propriedade pública.

A deslocação do lazer para a periferia, juntamente com o surgimento de novos espaços públicos tais como, as assembleias, clubes, ginásios e, posteriormente, os cinemas, contribuíram para o afastamento das pessoas dos jardins. No entanto, os jardins e parques no Porto integraram nesta fase um momento revolucionário na criação de hábitos de descanso e de exercício. As áreas de lazer aproximam-se do rio através da revitalização de miradouros e varandas.



Figura 16 - Praça da Republica no início do século XX, enquanto terreiro para exercícios militares e Praça da Republica após a construção do jardim. Fonte: Andresen e Marques, 2001

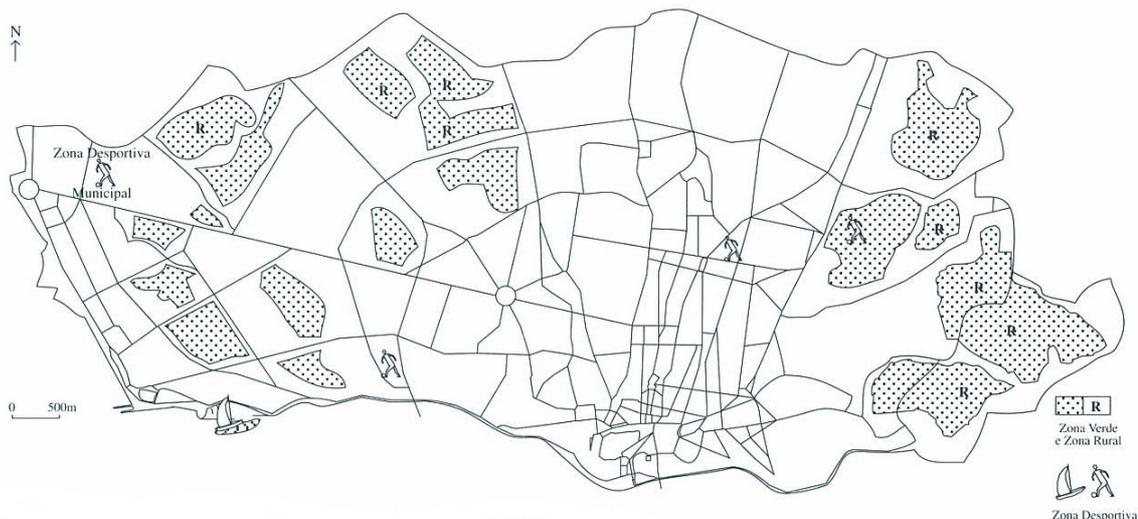


Figura 17 - Propostas de zonas desportivas, verdes e rurais do plano regulador da cidade do Porto em 1952. Fonte: Martins, 1995

Em 1952, o plano regulador desenvolvido por Almeida Garrett, trata de forma muito consistente as zonas verdes da cidade, de forma a afetar os terrenos agrícolas e florestais ainda existentes para a construção de parques e jardins (fig. 17).

O plano foi estruturado segundo as unidades residenciais. No entanto o zonamento não refletia essa conceção, direcionando para a criação de cinturas verdes: uma interior, desde a Cordoaria a Nova Cintra, passando pelo Palácio de Cristal, Rotunda da Boavista, Salgueiros e Marquês; uma intermédia, acompanhando a Via de Cintura Interna, desde o Campo Alegre à Corujeira; e, finalmente, uma exterior, desde a Senhora da Hora ao esteiro do Ouro. (Martins, 1995)



Figura 18 - Propostas de criação de jardins públicos e zonas desportivas do Plano Diretor da Cidade do Porto, em 1962 de Robert Auzelle. Fonte: Martins, 1995

Passados dez anos, no Plano Diretor da Cidade de autoria de Robert Auzelle, as opções predominantes continuavam a ser conservar e reservar. De salientar a proposta de criação de sete parques públicos em áreas arborizadas existentes: Antas, Covelo, Salgueiros, Prelada, Castelo do Queijo, Currais e Tirares (fig. 18).

Relativamente às áreas desportivas, estas contavam para além da ampliação já iniciada, das Antas, Boavista e Campo Alegre, com a criação de duas novas áreas, o Monte dos Burgos e Castelo do Queijo.

A proposta visava a promoção da Foz como área privilegiada da cidade no que concerne ao lazer, assim como a revitalização das margens do rio Douro, sendo também equipadas de estruturas de apoios que permitissem o passeio e um maior contacto com a cidade. Martins, L. (1995)

Nas três décadas seguintes o espaço verde da cidade foi sendo gradualmente reduzindo, constatando-se apenas intervenções ao nível de ajardinamentos de pequenos espaços.

O Plano Geral de Urbanização de Duarte Castel-Branco aprovado na viragem para a década de 90, reflete perspectivas de encarar os espaços de lazer urbano, como uma mais-valia para os visitantes da cidade pelo papel que pode desempenhar através do desenvolvimento do turismo e do tecido socio cultural de cariz local, visando o bem-estar da população e ao mesmo tempo melhorar a qualidades dos espaços de suporte às atividades turísticas.

Atualmente, os planos elaborados para a cidade do Porto - Incluindo o plano de Manuel Fernandes de Sá - estão mais vocacionados para o conteúdo urbanístico dos espaços verdes enquanto cinturas verdes ou como cortinas protetoras de embelezamento de espaços de fruição de lazer.

O afastamento da localização dos espaços verdes das áreas residenciais e a localização dos jardins e parques com localizações mais centrais, ou o aumento das horas de lazer dentro das residenciais permitem compreender a contraposição de conceitos dos primeiros jardins da cidade do Porto. (Martins, 1995)

De acordo com Pereira (2011), o jardim público tem a finalidade de ser um espaço de estar e viver, que se destina às populações de proximidade funcionando como um espaço de reunião em que o seu papel social se sobrepõe ao ambiental.

Caracteriza-se por possuir espaços relvados com elementos arborizados e zonas de estar pavimentadas. Ao contrário do parque, o jardim público tem uma escala muito menor (geralmente inferior a 10 ha) e uma estrutura rígida na qual limita os usos, pois estes estão condicionados aos caminhos formais e às áreas de permanência pavimentadas.

Os espaços verdes urbanos possuem propriedades que refletem um aumento de qualidade de vida nas cidades pelas funções que exerce, pela regularização microclimática, controlo de poluição, proteção contra erosão, aumento da biodiversidade, segurança rodoviária, qualidade cénica e função socio económica.

De acordo com Andresen e Marques (2001), nos dias de hoje, novos jardins públicos têm sido construídos, mas em número muito menor, e de facto, escasso para fazer face as necessidades ambientais e paisagísticas da população urbana do século XXI (fig. 19).

No início do século XXI, tem-se verificado o surgimento de novos modos de pensar a cidade, que colocam em causa os modelos definidos anteriormente, face aos novos problemas com que as áreas urbanas se deparam.

A crise económica apela a uma mudança de atitudes, visando uma maior integração, equidade e participação, com a adoção de medidas e estratégias inovadoras que permitam a criação de novas soluções de promoção de qualidade de vida e valorização das paisagens urbanas, de acordo com as novas necessidades e numa perspetiva adaptável e evolutiva. *“Deste modo, a qualidade de vida é essencial para o desenvolvimento sustentável das paisagens, com implicações a nível ecológico, social e económico (os três pilares da sustentabilidade)”*. (Quintas, 2013)

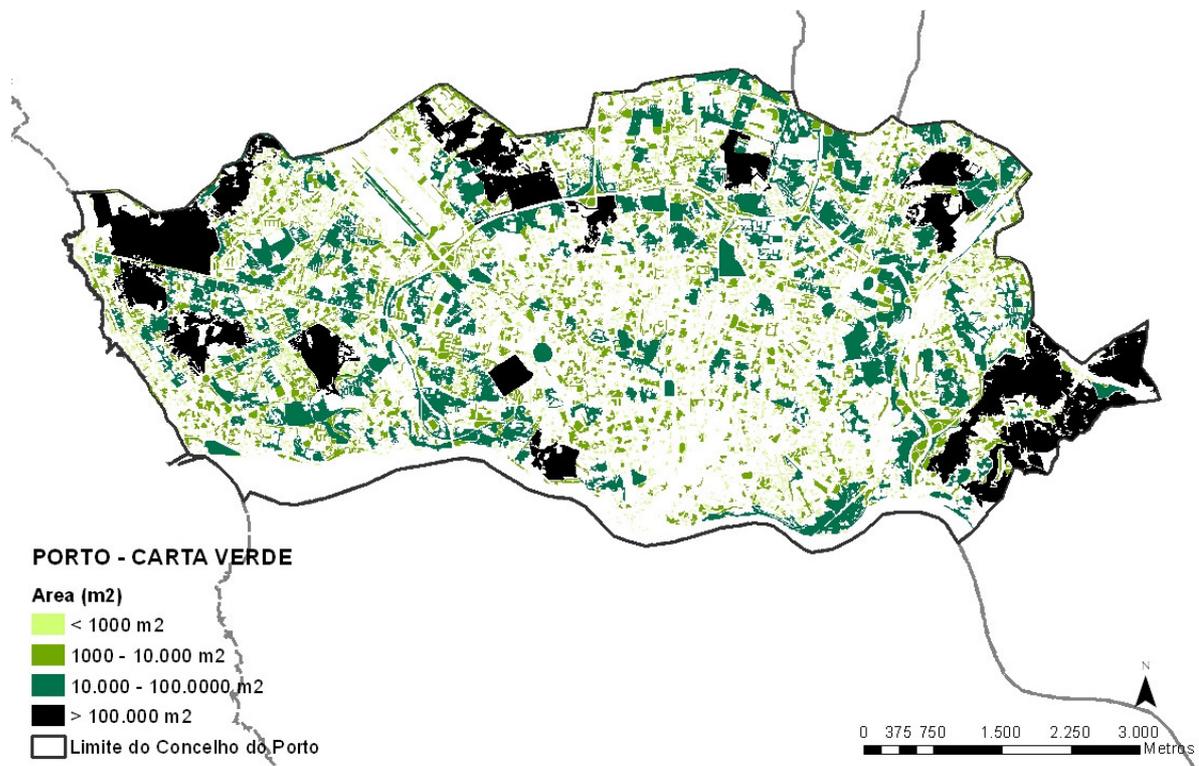
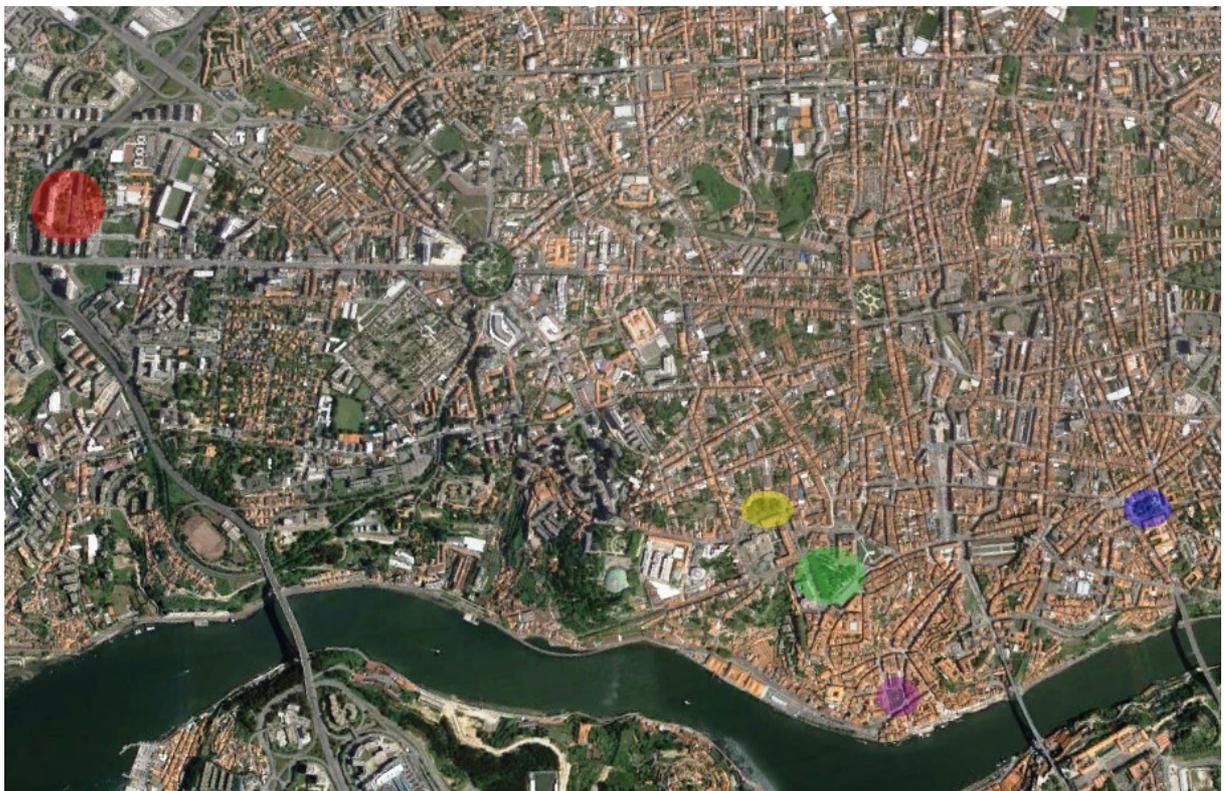


Figura 19 - Carta Verde do Porto. Fonte: Quintas, 2013

Capítulo II. O jardim na cidade do Porto

2.1. Casos de estudo

Apresentam-se de seguida, por ordem cronológica os cinco casos de estudo escolhidos na cidade do Porto: o Jardim do Carregal, o Jardim da Cordoaria, o Jardim da Praça Infante Dom Henrique, o Jardim Machado de Assis e, por fim, o Jardim de São Lázaro (fig. 20). Procurou-se analisar jardins construídos em diferentes épocas e com diferentes dimensões. Este capítulo apoia-se no livro “Morfologia e Biodiversidade nos Espaços Verdes da Cidade do Porto” de Marques et al (2014).



Legenda:

- | | | |
|--|--|---|
|  Jardim de São Lázaro |  Jardim da Praça Infante Dom Henrique |  Jardim Machado de Assis |
|  Jardim da Cordoaria |  Jardim do Carregal | |

Figura 20 - Localização dos cinco jardins estudados. Fonte: Google Earth

2.2. Jardim de São Lázaro

O Jardim de São Lázaro situa-se na Avenida Rodrigues de Freitas, freguesia de Bonfim. É o mais antigo jardim municipal de toda a cidade. Localiza-se na parte nascente da cidade, próximo da Biblioteca Pública Municipal e da Escola Superior de Belas Artes (fig. 21).

A decisão de construir o Jardim de São Lázaro foi tomada por D. Pedro IV, durante o cerco do Porto. O Campo de São Lázaro era então um espaço com algumas árvores onde aconteciam feiras importantes como a feira anual de São Lázaro criada em 1720, e semanalmente a Feira dos Porcos, desde 1820.

O jardim, com cerca de 0,67 ha, foi traçado e plantado por João José Gomes, primeiro jardineiro municipal do Porto. As obras foram concluídas em 1841, embora o jardim fosse inaugurado em 1834 data do aniversário de D. Maria II. Apesar de ter sofrido algumas alterações ao seu traçado original, o jardim mantém nos dias de hoje vários elementos do desenho inicial. *“O jardim tinha um traçado geométrico, consistindo basicamente em canteiros de formas regulares dispostas em torno de um elemento circular central – uma taça de água como nos mostra o levantamento realizado em 1839 por J. Costa Lima. O jardim era fechado por portões e gradeamento, apoiados num muro e plintos, estando a sua utilização a horários predefinidos”. Em 1869, o jardim teve transformação de Emílio David mas manteve o seu carácter formal.* (Andresen e Marques, 2001)



Figura 21 - Vista aérea do jardim São Lázaro. Fonte: Google Earth

O Jardim de São Lázaro possui um carácter geométrico na sua organização planimétrica de traçado e na organização da sua estrutura verde que remonta aos jardins românticos. Tem uma função de recreio e de “conservação” (fig. 22).

Contém algumas das árvores mais antigas dos jardins do Porto (12 magnólias), que rodeiam o lago central. Nos canteiros, a poente e a norte, encontram-se numerosas camélias, alguns cedros e uma palmeira, sendo as alamedas periféricas do jardim rematadas por tílias. Ao centro, é importante salientar a existência do coreto, do lago (já referido) e do repuxo. Inclui ainda duas esculturas, uma de Soares dos Reis sobre o pintor Marques de Oliveira e outra de Barata Feio, sobre o pintor Silva Porto. (Marques et al., 2014)



Figura 22 - Lago central e planta do jardim de São Lázaro. Fonte: Marques et al., 2014 e autor

2.3. Jardim da Cordoaria

O Jardim da Cordoaria, de nome oficial Jardim João de Chagas (desde 1924), localiza-se próximo da Torre dos Clérigos e do Hospital de Santo António, na freguesia de Miragaia. Foi construído num estilo romântico do século XIX no antigo Campo do Olival, onde na Idade Média, funcionava a Cordoaria do Bispo (fig. 23).

Caracterizado pela sua riqueza arbustiva e arbórea, foi construído a partir de um projeto de Emílio David e inaugurado em 1867. Atualmente, como consequência das profundas intervenções efetuadas em 2001, apresenta um traçado marcadamente geométrico que em nada tem a ver com o original, preservando apenas alguns dos seus elementos arbóreos. Possui uma área de implantação de 1.9 ha, de forma triangular confrontado a poente por uma alameda de plátanos, a sul pelo passeio de tílias e a norte pelo alinhamento dos centenários carvalhos americanos. (Azevedo, 2014)

“Em julho de 2000 a Cordoaria foi alvo de uma acção de limpeza radical no âmbito dos trabalhos de renovação urbana do Porto Capital da Cultura Europeia 2001. Este ato é inaceitável num jardim histórico necessitado de um rigoroso projeto de recuperação suportado por fontes de informação histórica. Mantiveram-se as árvores principais e os elementos escultóricos, estando em curso as obras de implantação de um novo projeto”. (Andresen e Marques, 2001)



Figura 23 - Vista aérea do jardim da Cordoaria. Fonte: Google Earth

Hoje em dia, o Jardim da Cordoaria apresenta uma organização em forma triangular, que herdou do seu desenho original. Marcado por um eixo estrutural poente (alameda) de plátanos e pelo lago central, orlado por diferentes combinações de árvores de folha caduca e formas de coníferas (fig. 24). A sul encontra-se uma longa encosta coberta com um prado curto, composto de várias combinações de camadas de vegetação.

No geral, caracteriza-se pela prevalência dos espaços formais, onde a vegetação arbustiva está praticamente reduzida a alinhamentos retilíneos e repetitivos de sebes acompanhados por bancos de pedra.

O jardim desempenha predominantemente uma função de recreio, embora também cumpra uma importante função de conservação, tanto do património cultural da cidade, como pelo facto de albergar algumas das árvores classificadas da cidade. (Marques et al., 2014)



Figura 24 - Alameda de plátanos, atual carácter geométrico do jardim e planta do Jardim do Carregal. Fonte: Marques et al., 2014

2.4. Jardim da Praça Infante Dom Henrique

O Jardim da Praça Infante Dom Henrique situa-se em pleno centro histórico, no encontro das ruas de Ferreira Borges, Infante, Mouzinho e Nova da Alfândega na freguesia de São Nicolau (fig. 25).

O lugar onde se implanta o Jardim da Praça Infante Dom Henrique fazia parte da cerca do Convento de São Domingos. Com a vitória do liberalismo na guerra civil do século XIX e a consequente extinção das ordens religiosas em 1834, o espaço foi adquirido pela Associação Comercial do Porto.

Posteriormente, a abertura das ruas Nova da Alfândega (1871-1875) e Mouzinho da Silveira (1875) e a construção do Mercado Ferreira Borges, em 1885, definiram integralmente o espaço que acabou por ser entregue à Câmara Municipal do Porto para que esta promovesse o seu embelezamento.

O projeto terá sido executado por Jerónimo Monteiro da Costa, em 1885; contudo, em 1900, a colocação do monumento ao Infante D. Henrique (da autoria do escultor Tomás Costa), no centro da praça, terá implicado a remoção de todos os canteiros e obrigado a um novo projeto, também executado por Jerónimo Monteiro da Costa. (Marques et al., 2014)



Figura 25 - Vista aérea do Jardim da Praça Infante Dom Henrique. Fonte: Google Earth

Em 2001, toda a superfície ajardinada da praça foi remodelada tendo sido construído um estacionamento subterrâneo, no entanto toda a sua estrutura verde manteve-se intacta (fig. 26).

Este pequeno jardim com aproximadamente 0,4 ha desempenha uma função de enquadramento do edificado urbano revelando uma certa monumentalidade e um caráter geométrico ditado tanto pela simplicidade do traçado como pela organização da estrutura verde. Orlas arbustivas ladeiam as margens do jardim, juntamente com dois caminhos retos que rompem o jardim ao centro onde se encontra um monumento da autoria do escultor Tomás Costa em homenagem ao Infante Dom Henrique. (Azevedo, 2014)



Figura 26 - Panorâmica do monumento a Infante Dom Henrique, orla arbustiva e planta do Jardim da Praça Infante Dom Henrique. Fonte: Marques et al., 2014

2.5. Jardim do Carregal

O Jardim do Carregal, inicialmente designado por Praça do Duque de Beja, teve também a denominação de Jardim Carrilho Videira. Situa-se junto ao Hospital de Santo António entre a Rua Dr. Tiago de Almeida e a Rua de Clemente Menéres na freguesia de Miragaia (fig. 27).

Construído em 1897, por Jerónimo Monteiro da Costa numa zona de campos de lavradio, pertencentes ao Hospital Santo António, onde originalmente corria à superfície o Rio Frio. Parte destes terrenos foi cedido, em 1857, pela Santa Casa da Misericórdia à Câmara Municipal do Porto para a construção de um jardim público. O jardim *“organiza-se em torno de um lago de contornos irregulares, atravessado por uma ponte com pretense ar de ruína, sendo rodeado por grandes exemplares de coníferas, tais como cedros e sequóias, plantadas em canteiros entre caminhos sinuosos e produzindo profundas sombras”*. Andresen & Marques (2001)

O Jardim do Carregal possui uma dimensão reduzida (0,66 ha), semelhante ao Jardim da Praça Infante D. Henrique, e apresenta características naturalistas de influências românticas tanto no traçado planimétrico, como na organização da estrutura verde. Exerce uma função de recreio e de conservação. (Marques et al., 2014)



Figura 27 - Vista aérea do Jardim do Carregal. Fonte: Google Earth

O jardim evidencia-se pelo cerrado arbóreo. O lago, com uma forma irregular, ocupa o centro do jardim e é rematado com uma cobertura arbórea e arbustiva. Os relvados diferenciados nos canteiros virados a sul são ladeados por pequenos arbustos e arranjos florais variados que limitam o jardim (fig. 28). “Este espaço é um pequeno mostruário de espécies, primando não apenas pela imponência de certos exemplares (alguns deles únicos na cidade) como pelo equilíbrio de escalas dos estratos vegetais que aqui se conjugam”. (Marques et al., 2014). Como o Jardim da Cordoaria, sofreu uma intervenção no âmbito da Porto 2001, que no entanto correspondeu a uma intervenção significativamente menos profunda.



Figura 28 - Lago central, relvado embelezado por orlas de flores anuais e planta do Jardim do Carregal. Fonte: Marques et al., 2014

2.6. Jardim Machado de Assis

O Jardim Machado de Assis situa-se na Rua Afonso Lopes Vieira, na urbanização do Foco, adjacente à Avenida da Boavista na freguesia de Ramalde. Integrado na urbanização do Foco, da autoria do arquiteto Agostinho Ricca, o jardim terá sido construído na mesma altura, ou seja, entre 1962 e 1973 (fig. 29).

Com uma área de implantação aproximada de 0,7 ha e sem qualquer elemento de água, caracteriza-se como sendo um espaço verde com a função de recreio, contudo desempenha também uma função de enquadramento aos edifícios pela natureza de área cedida para o espaço público. O edificado envolvente tem um carácter predominantemente residencial, apesar de possuir alguns estabelecimentos e serviços. (Azevedo, 2014)



Figura 29 - Vista aérea do Jardim Machado de Assis. Fonte: Google Earth

O jardim apresenta uma 'fusão' entre o traçado geométrico, visível nos canteiros relvados, e um desenho naturalista dos conjuntos vegetais. É constituído por áreas relvadas pontuadas por diversas espécies arbustivas e por formações arbóreas compostas sobretudo por 'caducifólias' (fig. 30).

A cobertura vegetal é composta por dois grandes espaços relvados, que são rasgados por caminhos em lajes de betão pontuados de pequenos canteiros preenchidos de arbustos ou herbáceas. Na delimitação de cada um dos relvados, conjuntos vegetais de diferentes estruturas e cores contribuem para a diversidade do jardim. (Marques et al., 2014)



Figura 30 - Acesso em lajes de betão, vista do coberto arbóreo e planta do Jardim Machado de Assis. Fonte: Marques et al., 2014

Capítulo III. O jardim no projeto de intervenção

3.1. Enquadramento

O projeto de intervenção desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Projeto V tem como programa um estabelecimento hoteleiro de 4 estrelas e um jardim público a construir no Quarteirão do Parque das Camélias. O terreno de intervenção localiza-se na freguesia da Sé, sendo definido pelas ruas Duque de Loulé, Alexandre Herculano, Augusto Rosa, Sol e S. Luís.

O terreno objeto de intervenção caracteriza-se por ser um lugar de grande interesse, pela sua proximidade a edifícios, monumentos e locais de grande importância na cidade do Porto.

A proposta tem como estratégia reabilitar e dinamizar o quarteirão, tirando proveito das melhores características que nele se encontram, salvaguardando a identidade urbanística do local (fig. 31).



Figura 31 - Planta de implantação

3.2. Proposta de Hotel para o terreno de intervenção

Propõe-se o desenho de um longo volume de linhas geométricas depuradas que assegure a ideia de continuidade da fachada existente, bem como a entrada para o átrio do hotel no ponto de cota mais alta - que estrategicamente se encontra localizada junto ao edifício em melhor estado de conservação e na qual partilha a empena de entrada do hotel. Na cota mais baixa localiza-se o acesso de serviços do hotel, assim como o acesso ao jardim público (fig. 32).

O fecho do quarteirão na fachada principal através de seu desenho inicial permitiu, com maior confiança, resolver a fachada posterior para o jardim público, respeitando os limites de construção existentes, resultado de questão legislativas e da conformidade com o alçado de rua. Tudo isto esteve na origem da forma trapezoidal do volume edificado proposto (fig. 33).

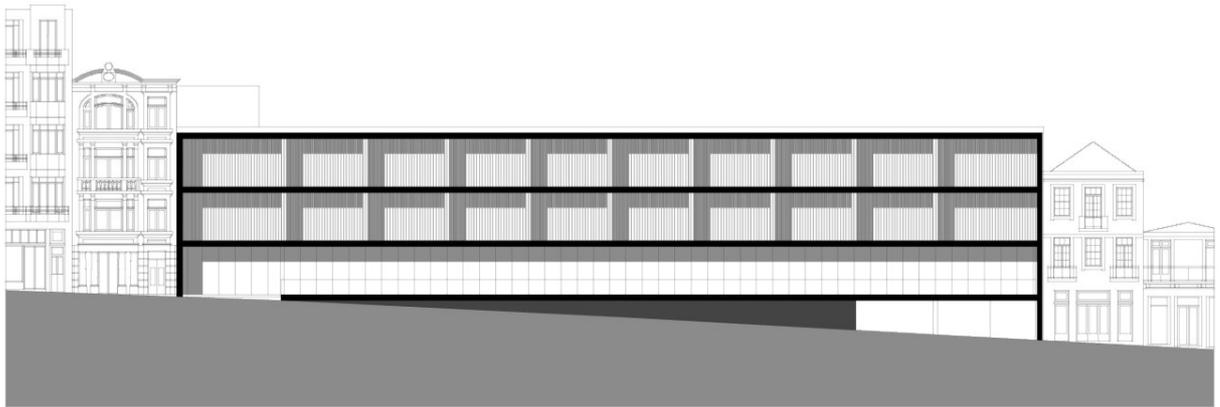


Figura 32 - Alçado principal pelo exterior do quarteirão

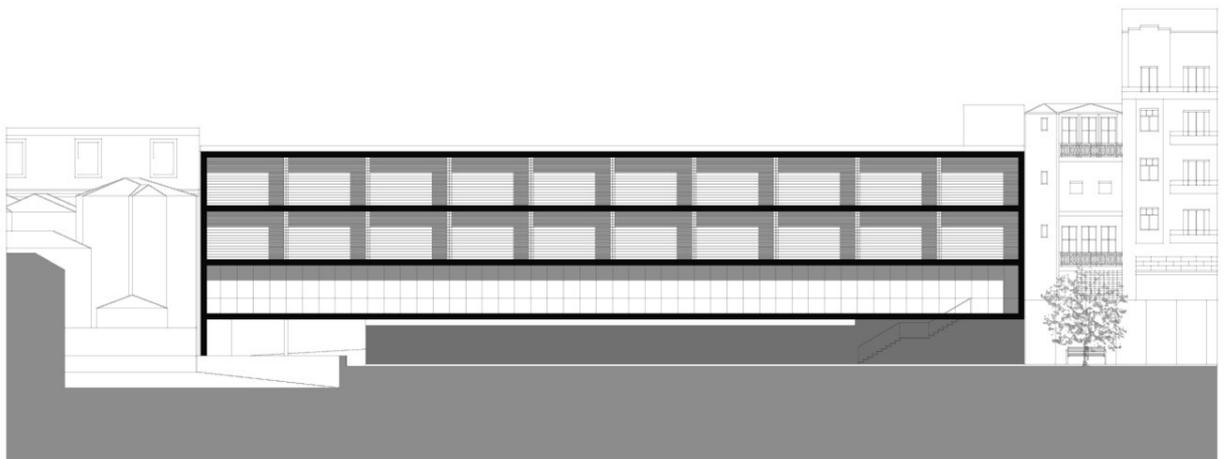


Figura 33 - Alçado posterior pelo interior do quarteirão

Analisando a altimetria existente construída, concluo que ela é irregular, pois não obedece a uma cota constante. Como o próprio PDM prevê a utilização do cálculo da moda entre as cêrceas existentes, permiti-me após vários estudos das áreas necessárias para a implementação do programa do hotel, estabelecer que a altura do volume iria localizar-se entre as cotas mais altas e mais baixas, assegurando entretanto a sua singularidade como edifício contemporâneo e sua horizontalidade como forma de conceito (fig. 32, 33 e 34).

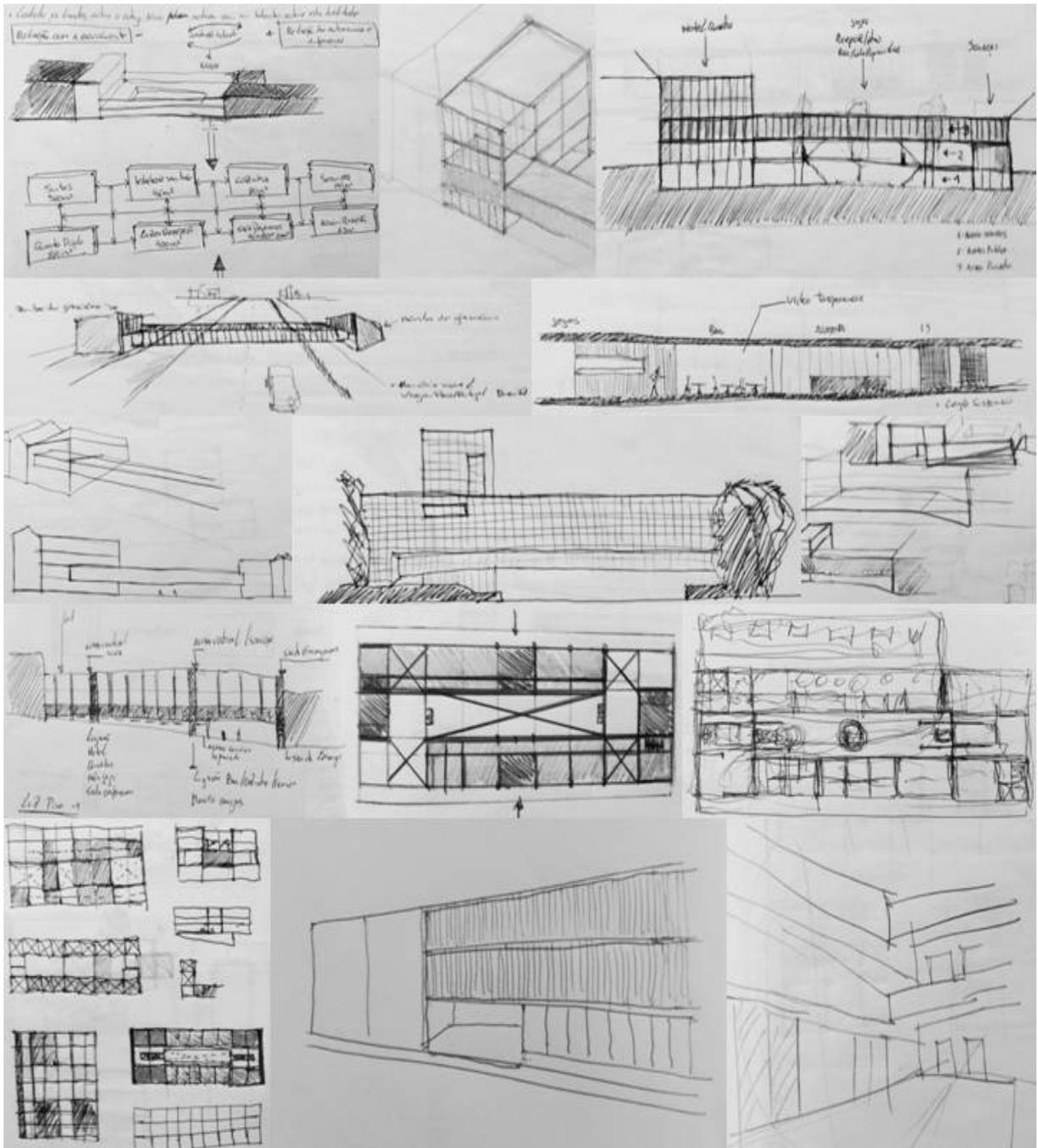


Figura 34 - Vários esboços de estudo de conceito

Enquanto conceito de intervenção, pretendeu-se que esta proposta se assuma como uma mais-valia arquitetónica e urbanística, e que a mesma seja um importante contributo para a valorização, qualificação e preservação do lugar em termos da forma urbana (fig. 35). Tal intenção é evidente em todos os aspetos do projeto, que desde a concretização funcional/programática e formal da proposta, se apoia na ideia de oferecer à cidade um edifício de excelência e contemporaneidade não se afirmando de modo “opressor” face ao lugar de intervenção (fig. 36).



Figura 35 - Corte transversal

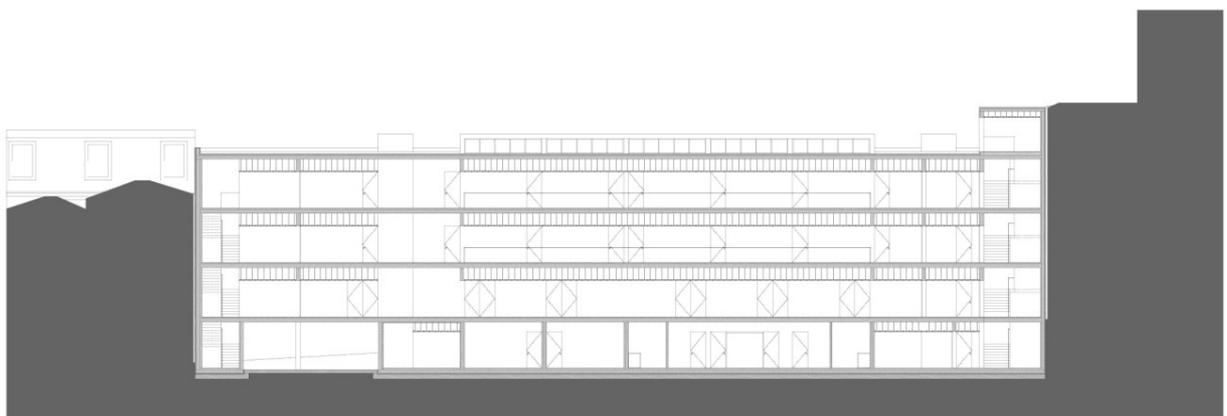


Figura 36 - Corte longitudinal

A geometria e o partido geral da composição da solução proposta são definidos pelos alinhamentos e eixos tirados a partir das construções existentes e previstas confinantes, aos limites do prédio registado, respeitando a malha urbana, a harmonia com a escala envolvente e a legislação em vigor (fig. 37).

A proposta sustenta-se numa ideia de forma urbana de continuidade do lugar e consequente relação com as preexistências no território sem que, no entanto, seja descurada a contemporaneidade arquitetónica na abordagem ao projeto, pretendendo-se um conjunto emblemático e de forte presença urbana, facilmente identificável como uma unidade hoteleira, marcadamente contemporânea e elegante.

A marcação da horizontalidade tem como ponto de partida vencer a inclinação do terreno e definir a cota de entrada do hotel. A marcação das lajes em primeiro plano resulta na necessidade de desprender o edifício do seu assentamento de implantação (piso-1), e fazer corresponder abaixo desta o atravessamento ao interior do quarteirão e a área de serviços.

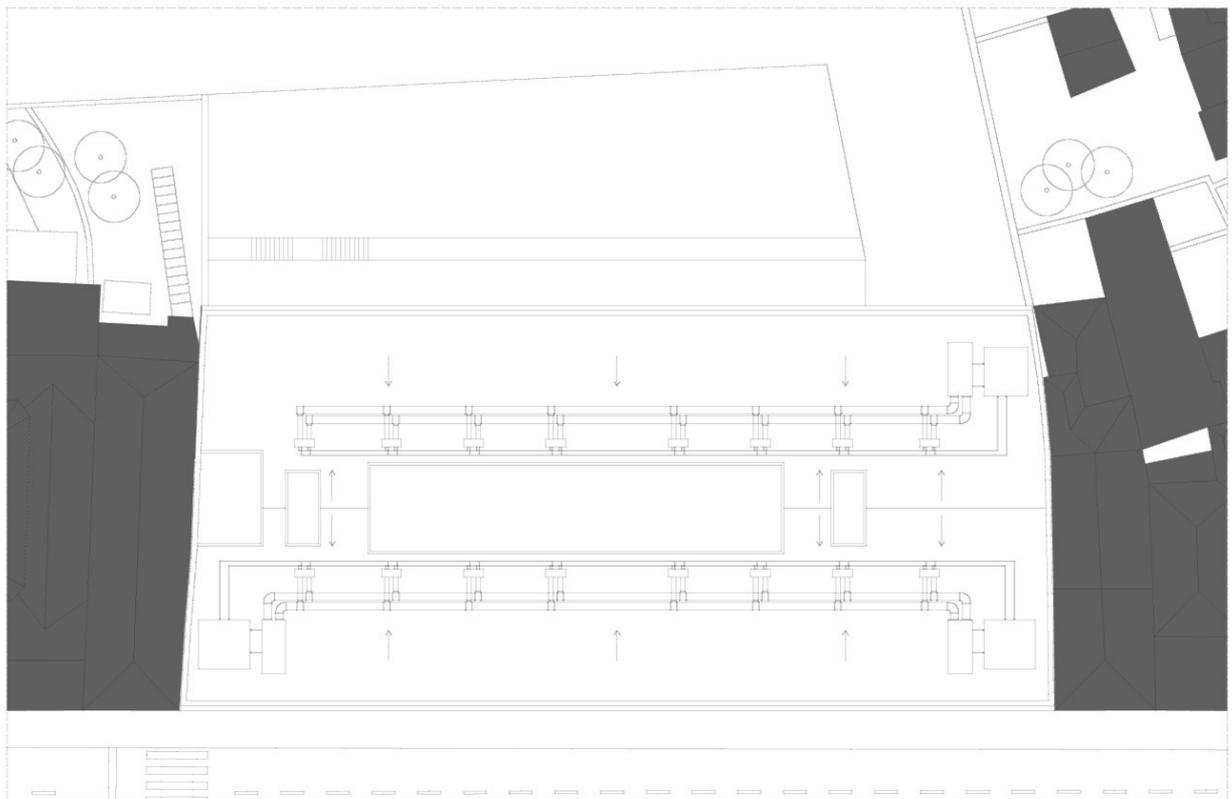


Figura 37 - Planta de cobertura / implantação

Na figura 38, pode-se observar as comunicações verticais e horizontais relativas ao piso de serviços que incluirá diversas valências de auxílio ao funcionamento do estabelecimento, designadamente cais de cargas e descargas, zonas de armazenagem para serviço ao restaurante, balneários para funcionários, áreas técnicas, lavanderia, tratamento lixos, entre outros.

A área social localiza-se no piso da cota de entrada (piso 0) e inclui os espaços de utilização comum e de trabalho, átrio de entrada, receção, bengaleiro, depósito de bagagens, sala de estar, bar, sala de jogos, instalações sanitárias, cozinha, sala de pequenos-almoços e uma sala de eventos/reuniões. (fig. 39).

Nos dois pisos superiores localizam-se a área privada que diz respeito aos quartos duplos e suites (fig. 40). Tendo em conta um adequado controlo solar dos quartos de hotel optou-se por um sistema de lâminas de madeira (piso 1 e 2), enquanto o piso do rés-chão é assegurado pelo recuo em relação à rua.

A composição de alçados assumirá um equilíbrio harmónico de cheios e vazios, pretendendo-se assim a criação de um conjunto de vãos de dimensionamento uniformizado, regrados e alinhados entre si.

Da leitura global do conjunto assumir-se-á uma evidente filiação contemporânea, perfilando as varandas enquanto elementos intervenientes no todo, fazendo-as protagonistas e estruturadoras da forma geral do edifício



Figura 38 - Piso de serviços

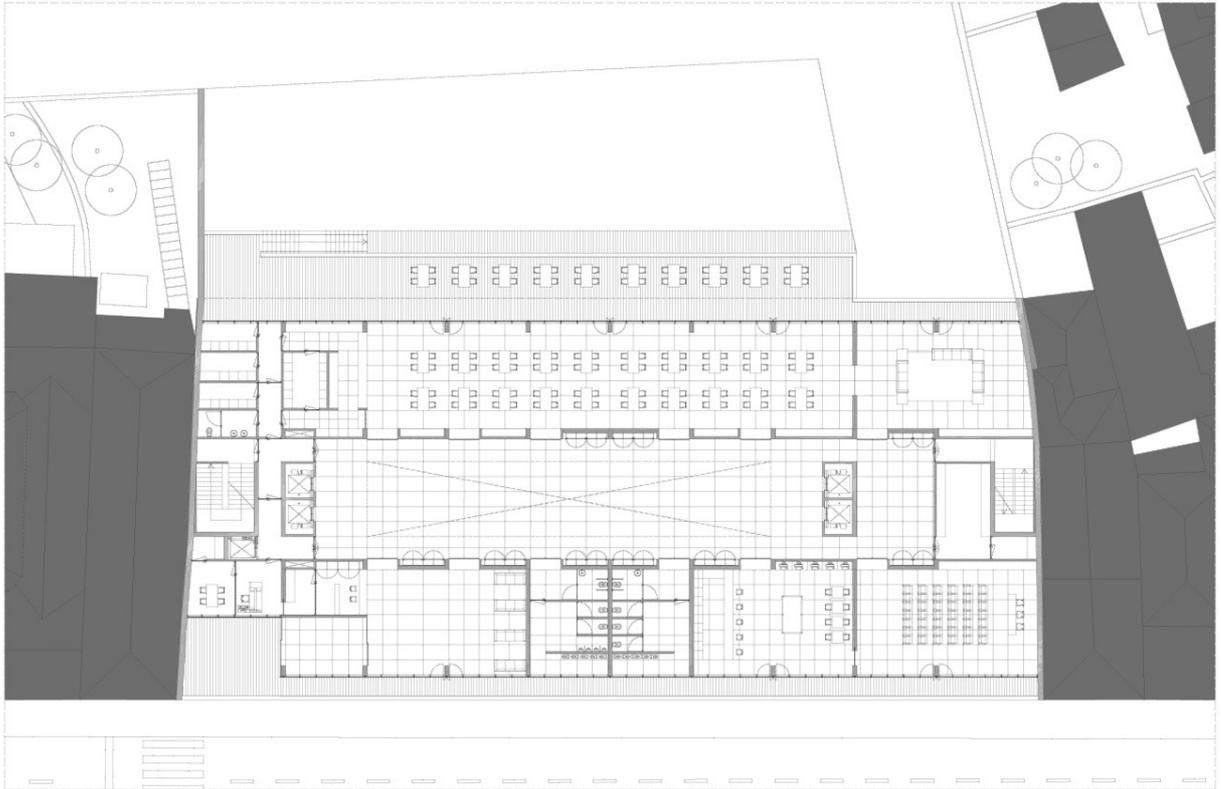


Figura 39 - Piso social

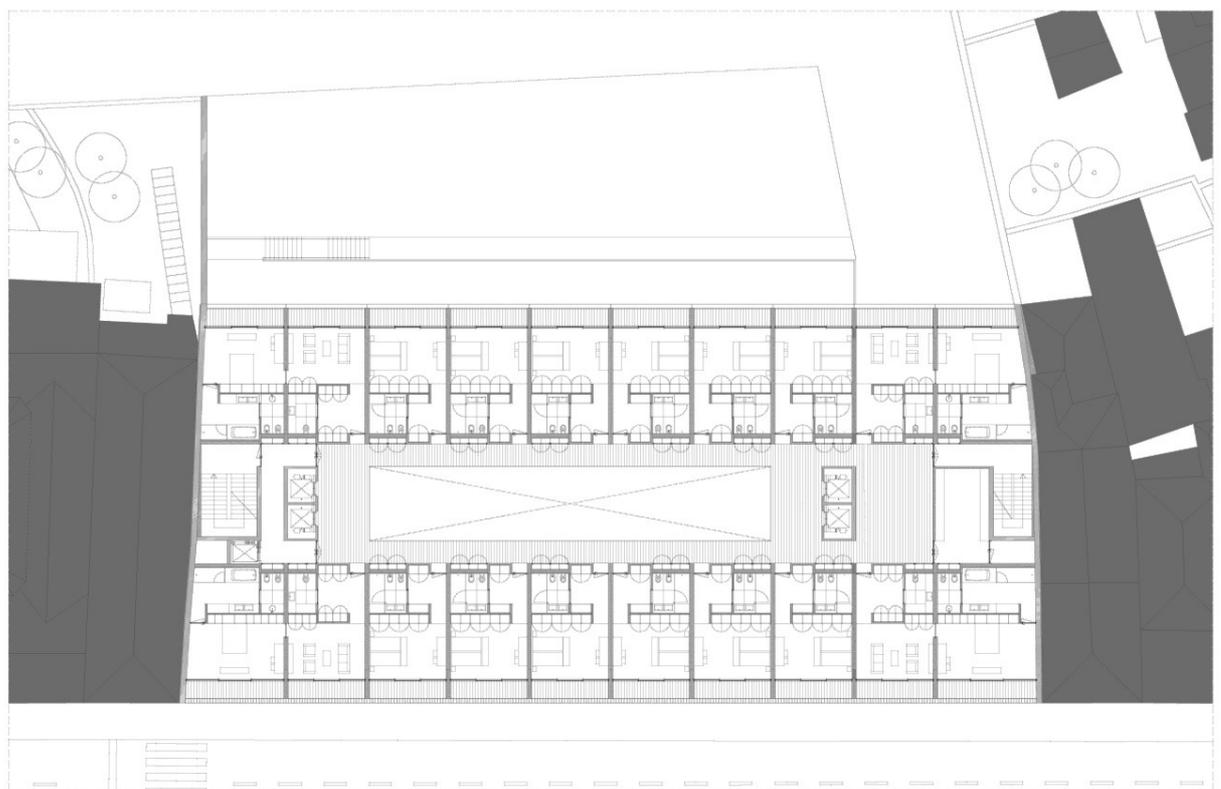


Figura 40 - Piso privado

3.3. O Jardim no projeto de intervenção

O jardim público enquanto espaço de ligação à cidade adquire grande importância no momento em que continuamos a assistir a fortes processos de urbanização e suburbanização. O contacto com a natureza torna-se mais escasso, à medida que as cidades se desenvolvem e crescem, ocupando muitas vezes extensas áreas territoriais. A importância do jardim público e dos espaços verdes com a função de estar, pausa e contemplação são reconhecidos como um importante contributo a qualidade de vida no ambiente urbano.

Os espaços verdes são assumidos como importantes elementos na composição da malha urbana da cidade e a sua conceção ao longo dos tempos tem vindo a evoluir de acordo com a evolução dos conceitos e modelos de cidade. Numa época marcada pela excessiva urbanização e um planeamento muitas vezes ineficaz, refletido na escassez de recursos naturais e económicos é essencial a criação de espaços verdes, enquadrados numa perspetiva racional de recursos e função.

Assim, e tendo em conta estes pressupostos, houve a opção de apresentar uma proposta com os objetivos de recriar a presença da natureza no meio urbano e funcionar como local de encontro, estadia, pausa ou de passeio - responder a uma crescente importância e procura nas sociedades urbanas, tanto pela vertente ecológica como ainda nas funções culturais, de integração, de enquadramento, didáticas, de suporte de uma rede contínua de percursos para peões.

O Interesse cultural do espaço verde urbano pode sintetizar-se na possibilidade de incentivar as pessoas à apreensão e vivência dos objetos e dos conjuntos em que se organizam. O espaço público de intervenção pretende o reconhecimento das funções que o jardim público desempenha no panorama atual, sem descurar a envolvente que partilha, nomeadamente o hotel. Pretende-se que o jardim providencie uma extensa amplitude visual ao espaço em que se insere ocultando tudo aquilo que na envolvente não contribua para a requalificação do espaço.

Primeiro, foram elaborados vários esboços de forma a estudar o contexto e as relações com o projeto de hotel. A questão topográfica, assim como as acessibilidades, a materialidade e a relação com o hotel foram abordadas em diferentes experimentações tendo sido tema de ampla reflexão enquanto conceito de jardim público com a funcionalidade de ser um espaço de pausa e estar.

O desenvolvimento da proposta através da procura de várias soluções de desenho permitiu-me definir e clarificar a minha ideia de conceito e caracterizar o espaço quanto ao seu traçado planimétrico e função dominante.

Desenvolveu-se uma organização que valoriza o território, articulando e relacionando os elementos vegetais de forma a estabelecer um diálogo claro entre o que seria a parte construída e a natural, possibilitando não só um adequado enquadramento e destacamento do hotel, como tornando evidente que o interior do quarteirão teria de se transformar num “vazio verde” de total liberdade recreativa.

A criação de um jardim com carácter urbano e utilitário tem a finalidade de funcionar como elemento agregador e convidativo para o público, promovendo socialmente a permanência e o convívio, constituindo-se um espaço flexível e adaptável às necessidades da cidade de hoje e das gerações futuras. (fig. 41)

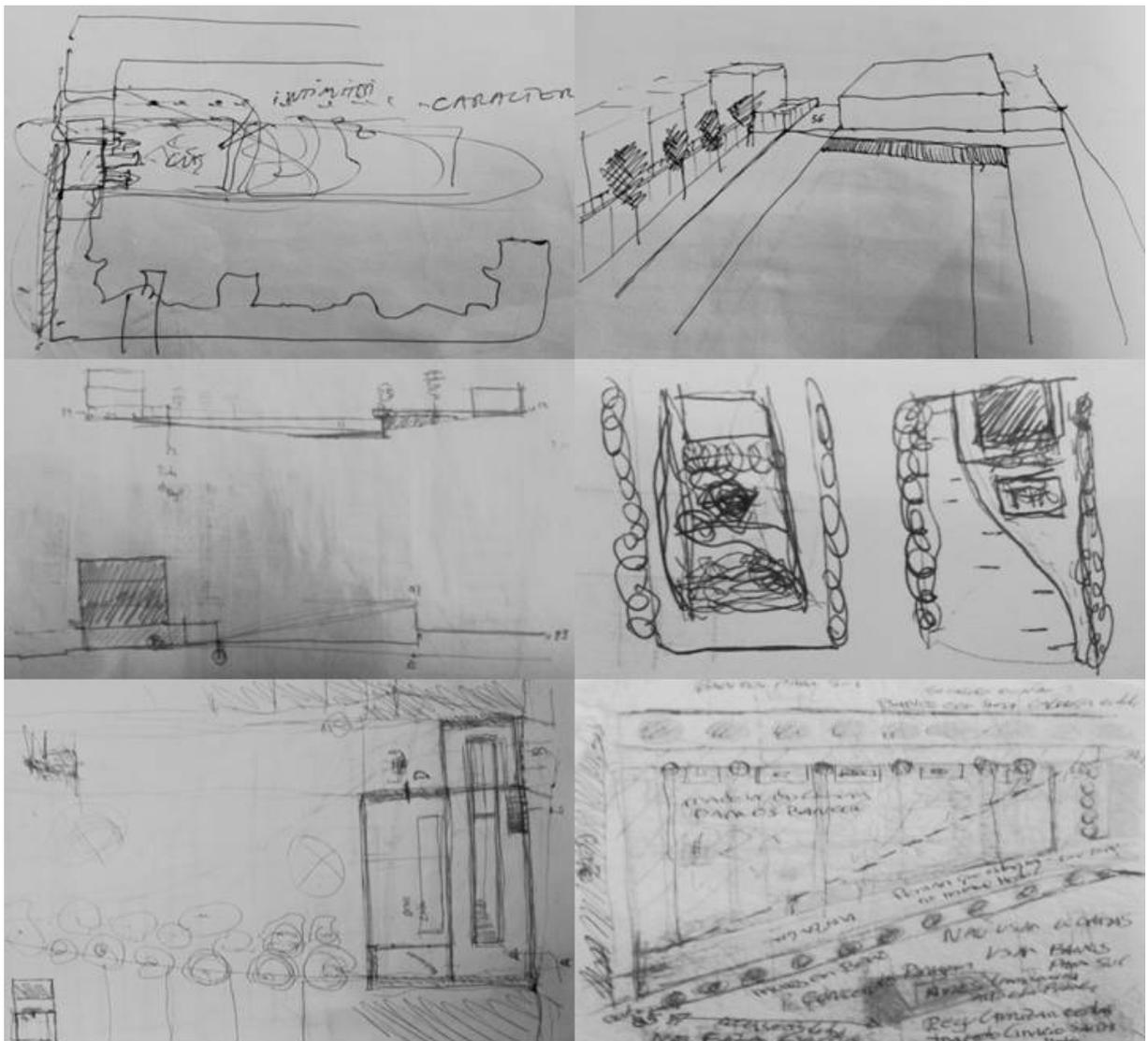


Figura 41 - Esboços do jardim público

O jardim público do trabalho de projeto possui uma área bruta de aproximadamente 0,75 hectares (uma dimensão próxima da dimensão do Jardim de São Lazaro). Pretende através do seu programa, oferecer aos portuenses e aos visitantes um lugar agradável para passear, visitar e descansar. Permitir a quem a visita, encontrar-se com a natureza e esquecer, por momentos, o ritmo agitado da cidade.

Esta intervenção ambiciona ser um espaço de excelência na cidade do Porto, constituindo-se como um veículo da cultura entre o ambiente e a paisagem promovendo múltiplas atividades culturais e valorizar todo o conjunto arquitetónico e paisagístico (fig. 42).



Figura 42 - Jardim público

O jardim tem duas entradas: a nascente através da estrutura em balanço do hotel e a poente através de uma entrada pautada por uma estrutura porticada em madeira. As entradas são desalinhadas de forma a reduzir uma excessiva axialidade criando, pelo contrário, uma dinâmica espacial e visual (fig. 43).

A área verde ajardinada localiza-se no centro da parcela de forma a enquadrar e destacar visualmente o hotel. A escolha da cota intermédia do terreno do jardim público e seu nivelamento com as entradas de acesso ao jardim permitiu não só resolver com maior facilidade questões técnicas (aterro, acessibilidades e drenagem) mas também proporcionar ao jardim uma maior amplitude espacial e visual e resolver possíveis condicionantes ao nível das acessibilidades.

Os percursos do jardim são localizados dentro dos limites do terreno e ladeados por uma cintura verde arborizada. Esta moldura verde assegura os limites visuais com o exterior e possibilita assim a criação de um desenho que destaca a vasta área ajardinada. O jardim possui ainda três caminhos pedonais secundários.

Os dimensionamentos arbóreos assim como os tipos e tamanhos de folhas implantados nos limites do jardim pretendem ir ao encontro da criação de uma moldura vegetal que de alguma forma vai ocultando os edifícios existentes e que possibilite o filtramento da radiação solar oferecendo desta forma um sombreamento aos percursos e um importante contributo para a biodiversidade local (fig. 44).



Figura 43 - Entrada poente e nascente ao jardim

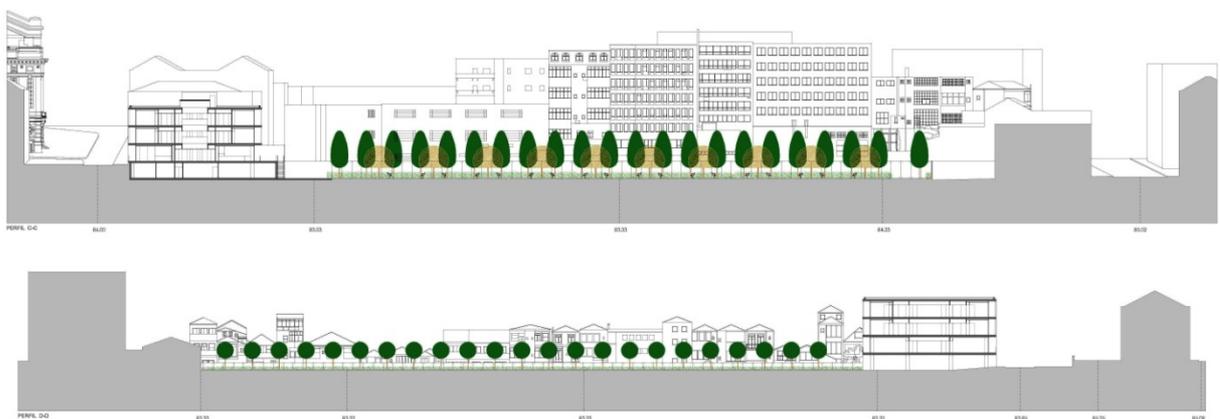


Figura 44 - Perfis jardim público

Os lugares de pausa e estar, estão implantados na área mais a norte do terreno de intervenção, de forma a localizarem-se longitudinalmente ao jardim e usufruírem a sul das melhores condições solares que a parcela oferece (fig. 45).

A materialidade da conceção do jardim, uma vez mais, foi marcada pela relação com o projeto do hotel – podem ser vistos como dois projetos distintos enquanto parte privada e pública do espaço. No entanto, como se tratava de um projeto em desenvolvimento em paralelo e que visava uma proposta conjunta na abordagem dos dois espaços, a materialidade do jardim busca elementos construtivos elementares do hotel, tais como o betão e a madeira, que através de diversas experimentações são transportadas para o projeto do jardim público de forma a tornarem-se parte integrante em todo o conjunto do projeto.

Os limites do terreno são constituídos por muros em betão armado, sendo que o muro localizado a norte é mais alto que o muro mais a sul em cerca de um metro. Estes muros possuem uma estereotomia vertical com um espaçamento de vãos de metro a metro (fig. 46).

Os pavimentos são em lajetas de betão pré-fabricadas com diferentes dimensões e estereotomias. A área destinada ao espaço de pausa e estar, é em *deck* de madeira. Todo o mobiliário urbano, tais como cestos de lixo e bancos de jardim, é em madeira. Nas juntas de separação dos diferentes materiais é utilizado a madeira com uma espessura de 3cm à vista.



Figura 45 - Lugares de pausa e estar



Figura 46 - Alçado poente do jardim

Considerações finais

A revisão de literatura mostrou, como se esperava, que a revolução industrial constituiu um marco fundamental no modo de fazer cidade. Como reação surge uma ideia que vai evoluindo e tomando várias formas, de implementação de espaços verdes em meio urbano. A integração da natureza no desenho das cidades seria assim a solução para restabelecer o equilíbrio social no meio urbano.

A análise da evolução histórica dos jardins públicos do Porto permitem perceber a ligação dos seus habitantes com os espaços verdes ao longo dos tempos, permite também compreender, um contexto histórico, não só local, mas igualmente inserido numa cultura urbanística internacional. Contudo, a sua evolução é marcada pelas singularidades culturais, conhecimentos e condicionantes locais que se traduzem num processo adaptável e evolutivo face ao surgimento das novas necessidades espaciais e sociais.

Este trabalho apoiou-se ainda na análise de cinco casos de estudo de jardins de uso público da cidade do Porto, servindo como ferramenta de auxílio para a construção do nosso jardim público no projeto de intervenção. Foi possível perceber o tipo, o carácter e a função de cada espaço verde, bem como a sua importância na malha urbana da cidade agindo como um mecanismo promotor da qualidade de vida e valorização urbana.

Por fim, considera-se que esta investigação é um sólido contributo para a compreensão e o entendimento do papel dos espaços verdes, nos sistemas de espaços públicos (ou colectivos) de uma cidade e na vida colectiva da cidade como um todo.

Bibliografia

Andresen T. e Marques T. (2001). "*Jardins Históricos do Porto*". Edições Inapa, Lisboa.

Andrade I. (2010). "*A idealização do espaço verde urbano moderno*". Cadernos de arquitetura e urbanismo, Brasil.

Alves T. (2009). "*Estrutura ecológica urbana na rede do modelo estruturante da cidade*". Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Mestre, orientada por Jorge Carvalho, Aveiro.

Azevedo M. (2014). "*Contributo dos Parques e Jardins da Cidade do Porto para o desenho de espaços verdes Biodiversos*". Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre, orientada por Cláudia Oliveira Fernandes, Porto.

Benevolo, L. (2001). "*História da arquitetura moderna*". Editora Perspectiva.

Benevolo L. (1982). "*Diseño de la ciudad-5*". Editorial Gustavo Gili.

Benevolo L., Melograni C., Longo T., (1980). "*Projectar a cidade moderna*". Editorial Presença Portugal.

Lamas, J. (2004). "*Morfologia urbana e desenho da cidade*". Fundação Calouste Gulbenkian.

Marques P., Fernandes C., Lameiras J., Guilherme F., Silva S., Leal I. (2014). "*Morfologia e Biodiversidade nos Espaços Verdes da Cidade do Porto. Livro 1 - Seleção das áreas de estudo*". Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos

Magalhães M. (1992). "*A evolução do conceito de espaço verde público*". AGROS. Nº 2, pp. 10-17.

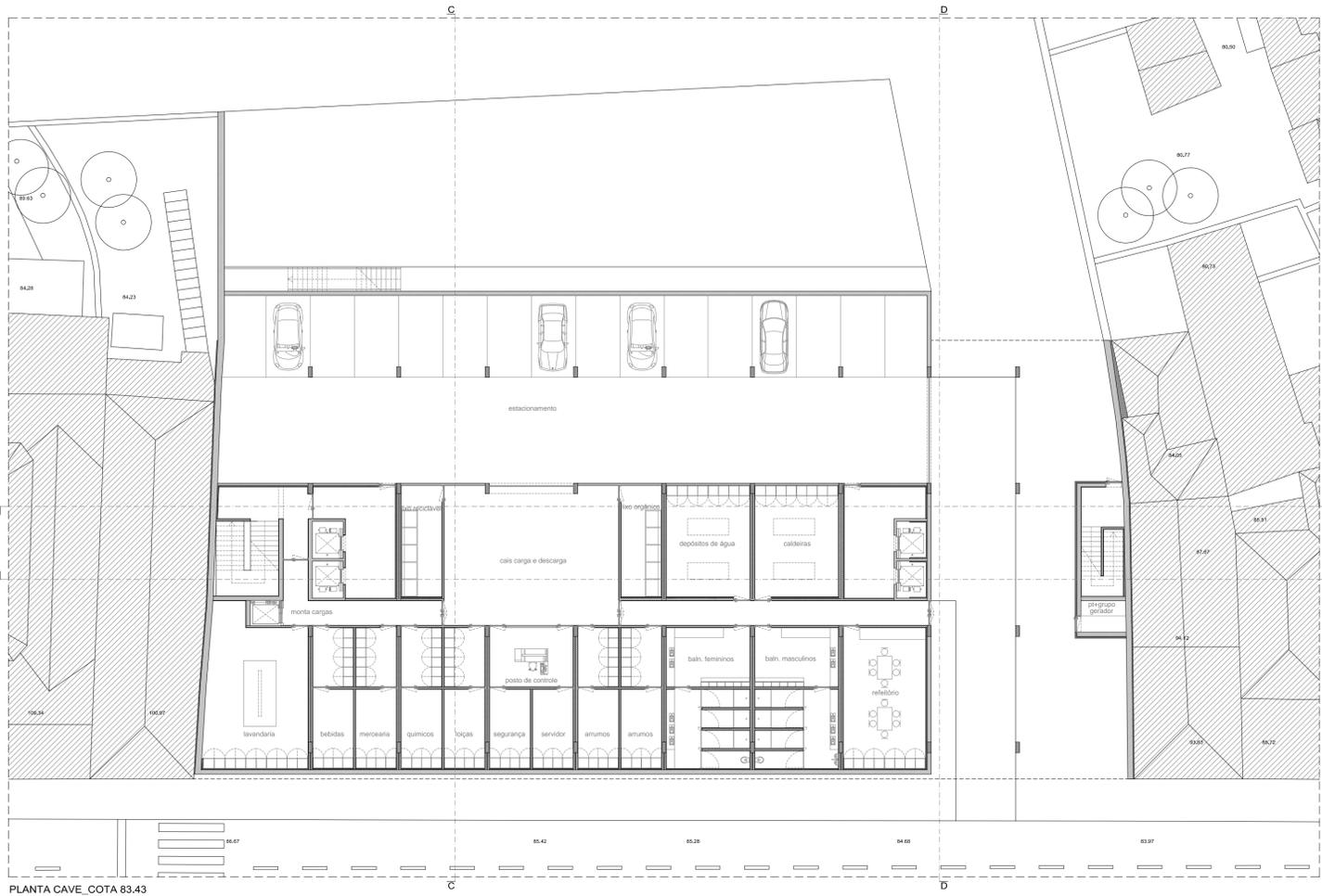
Martins, L. (1995). "*VII Colóquio Ibérico de Geografia*". Atas, Publicações da Universidade do Porto.

Monteiro, A. e Madureira, H. (2000). *“Os corredores verdes são ainda uma possibilidade ou apenas mais uma utopia no Porto? Reflexão em torno da sua importância para o contexto climático local e regional”*. In *Corredores Verdes*, org. de João Reis Machado, FCT, Lisboa (no prelo).

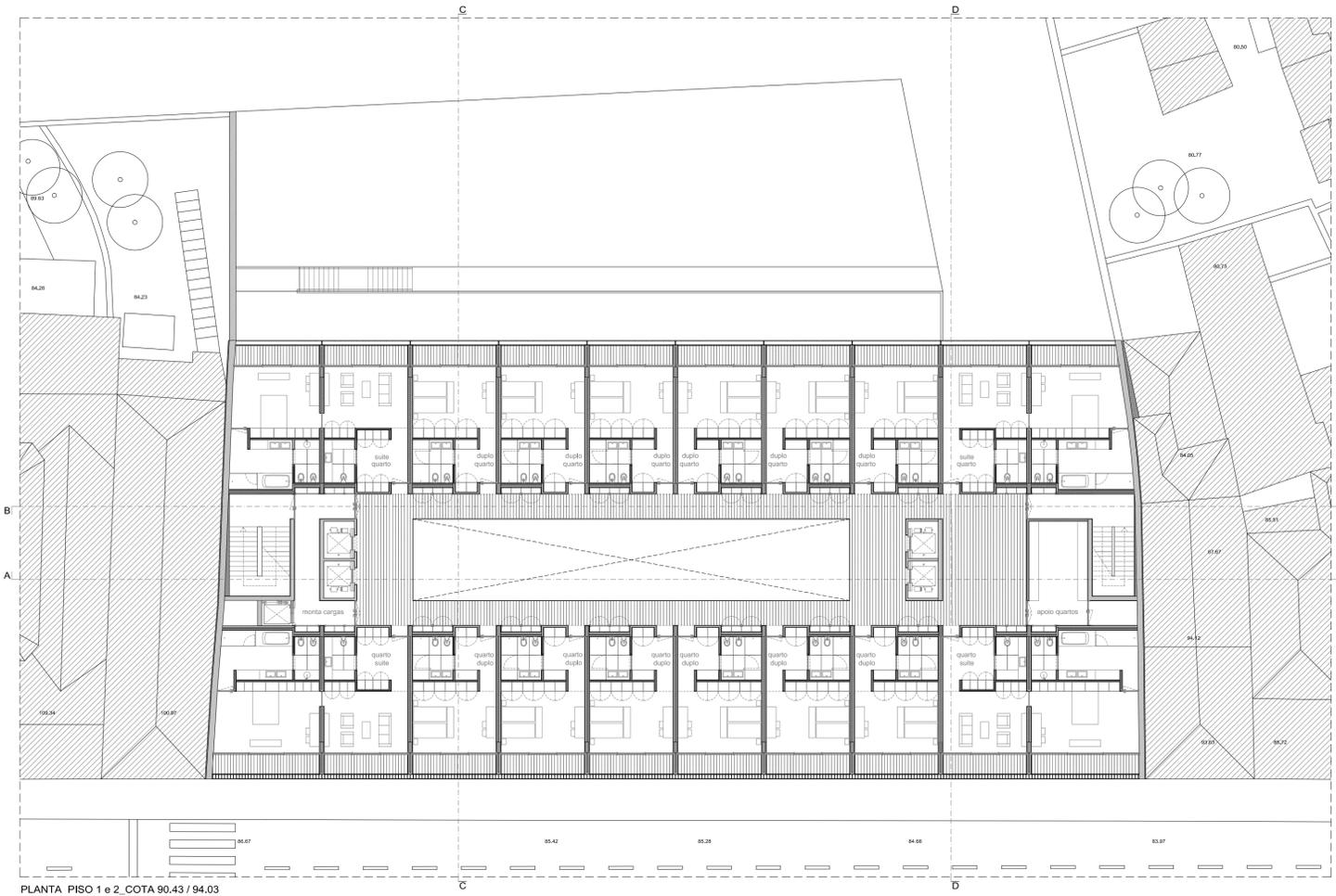
Pereira M. (2011). *“Espaço verdes urbanos”*. Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de Mestre, orientada por Ana Almeida, Lisboa.

Quintas A. (2013). *“Desenho e avaliação da estrutura verde urbana”*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor, orientada por Maria José Dias Curado, Porto.

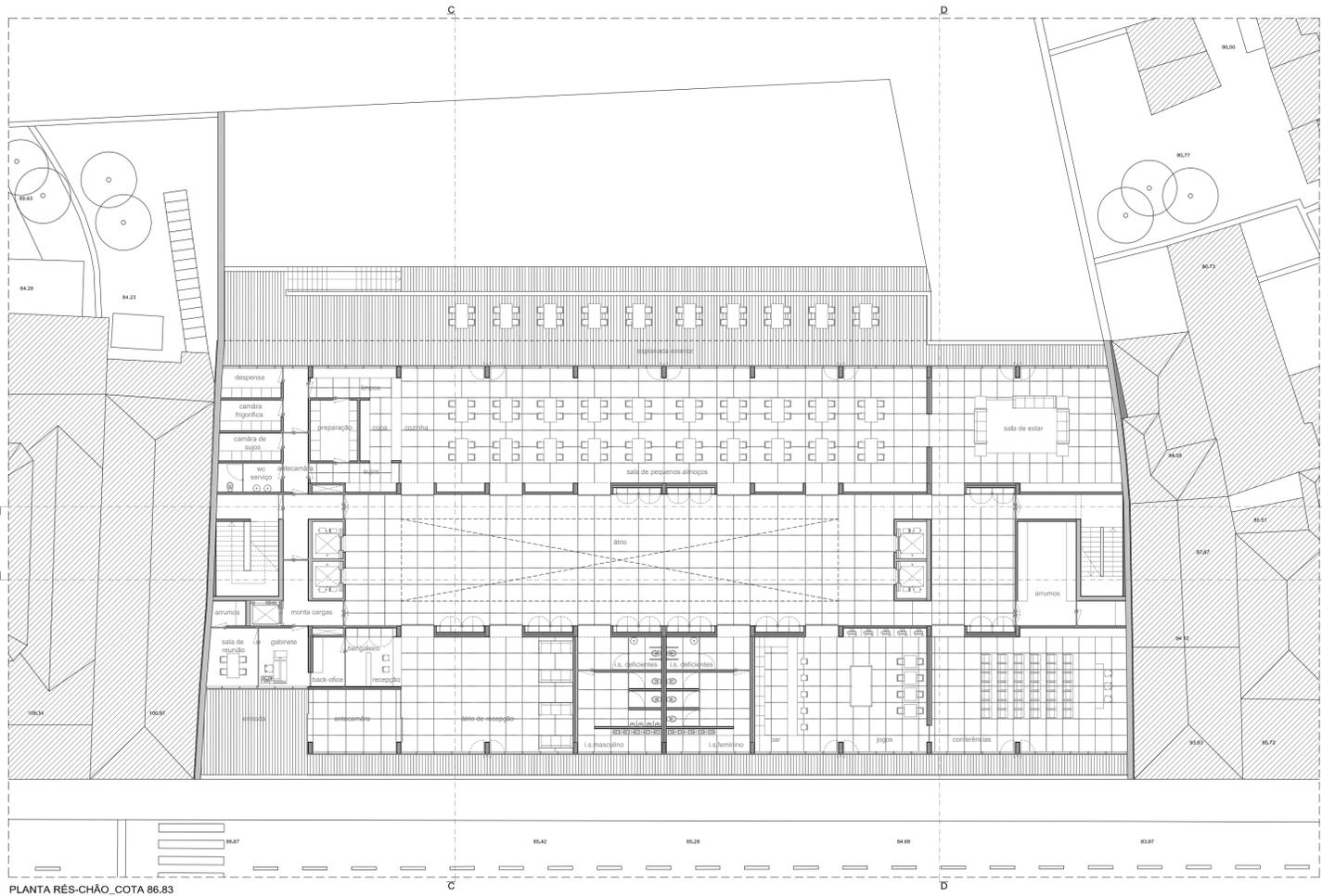
Anexos (trabalho de projeto)



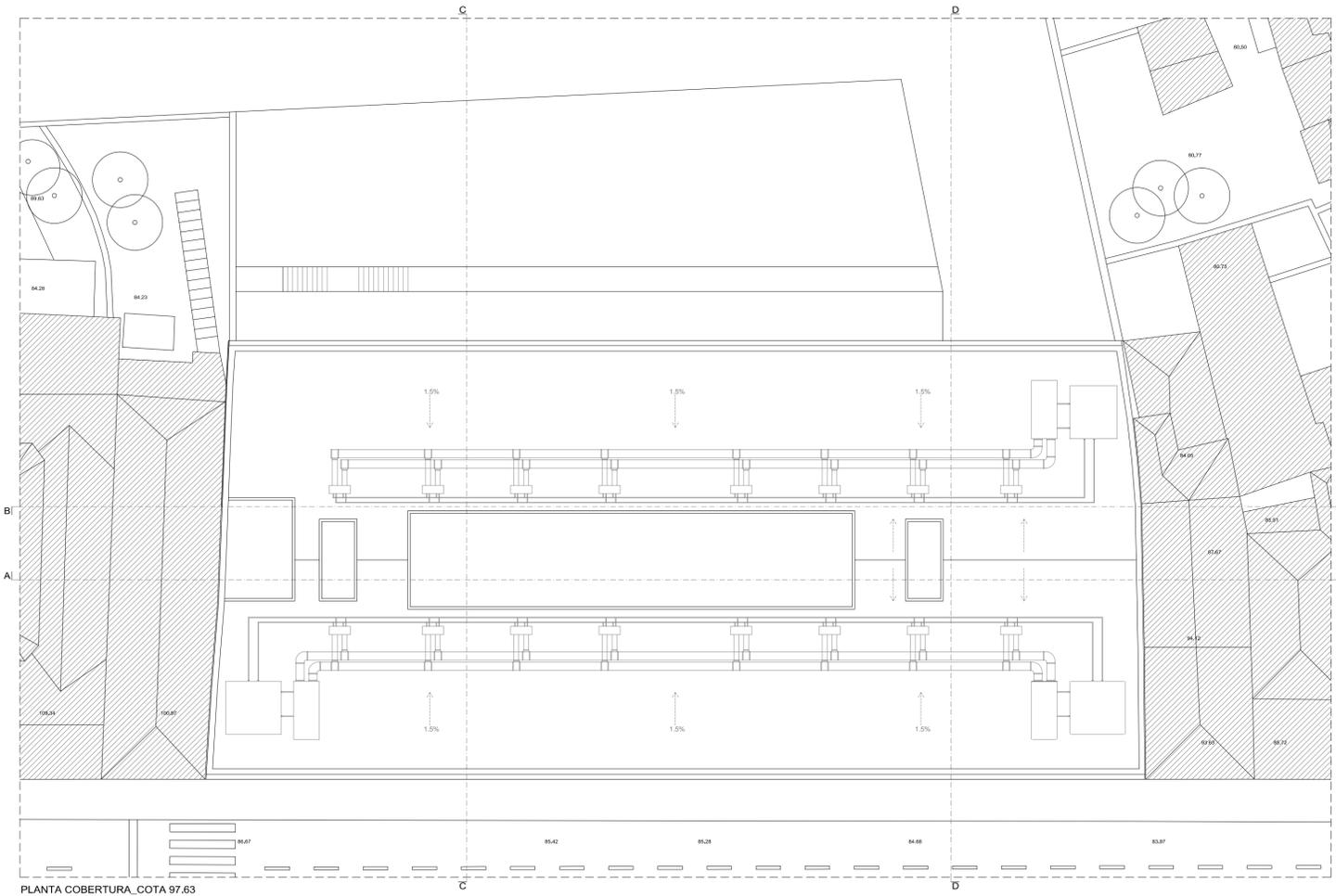
PLANTA CAVE_COTA 83.43



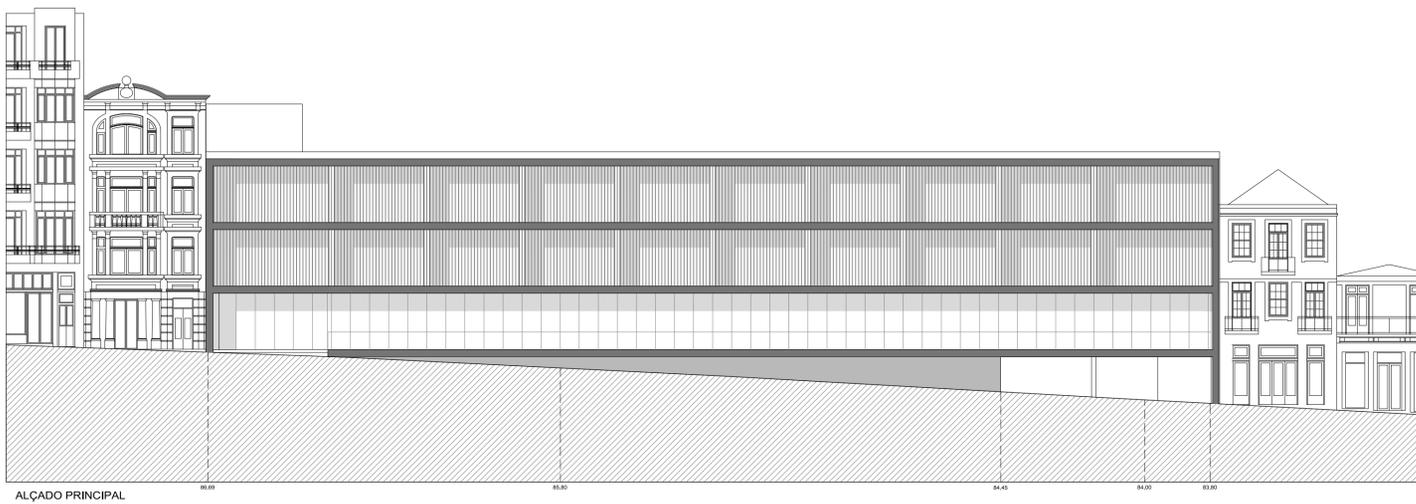
PLANTA PISO 1 e 2_COTA 90.43 / 94.03



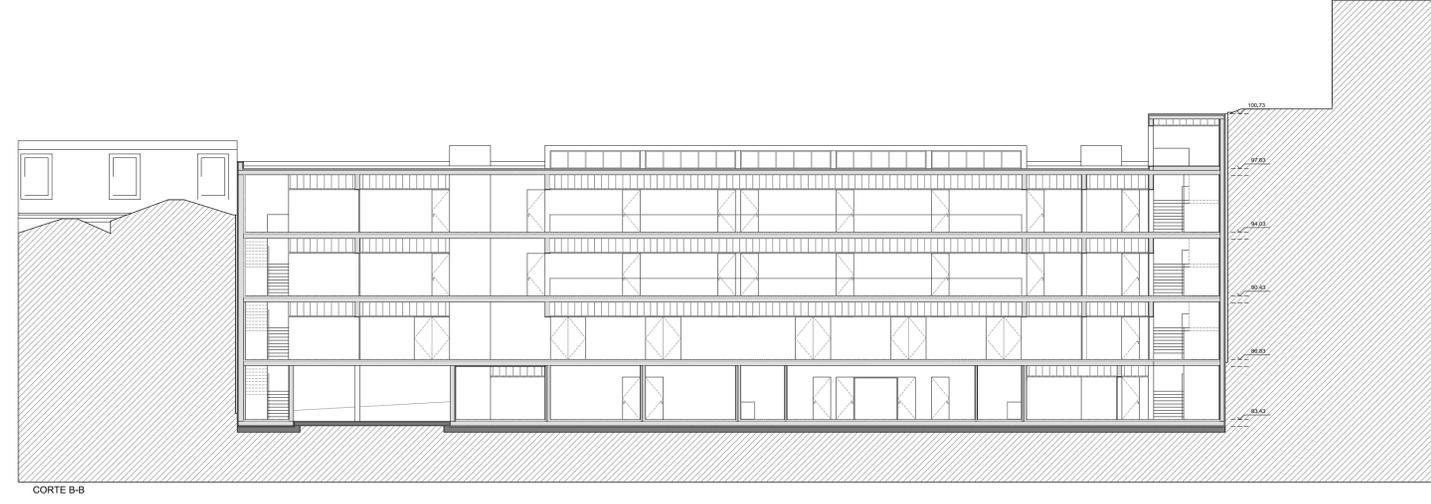
PLANTA RES-CHÃO_COTA 86.83



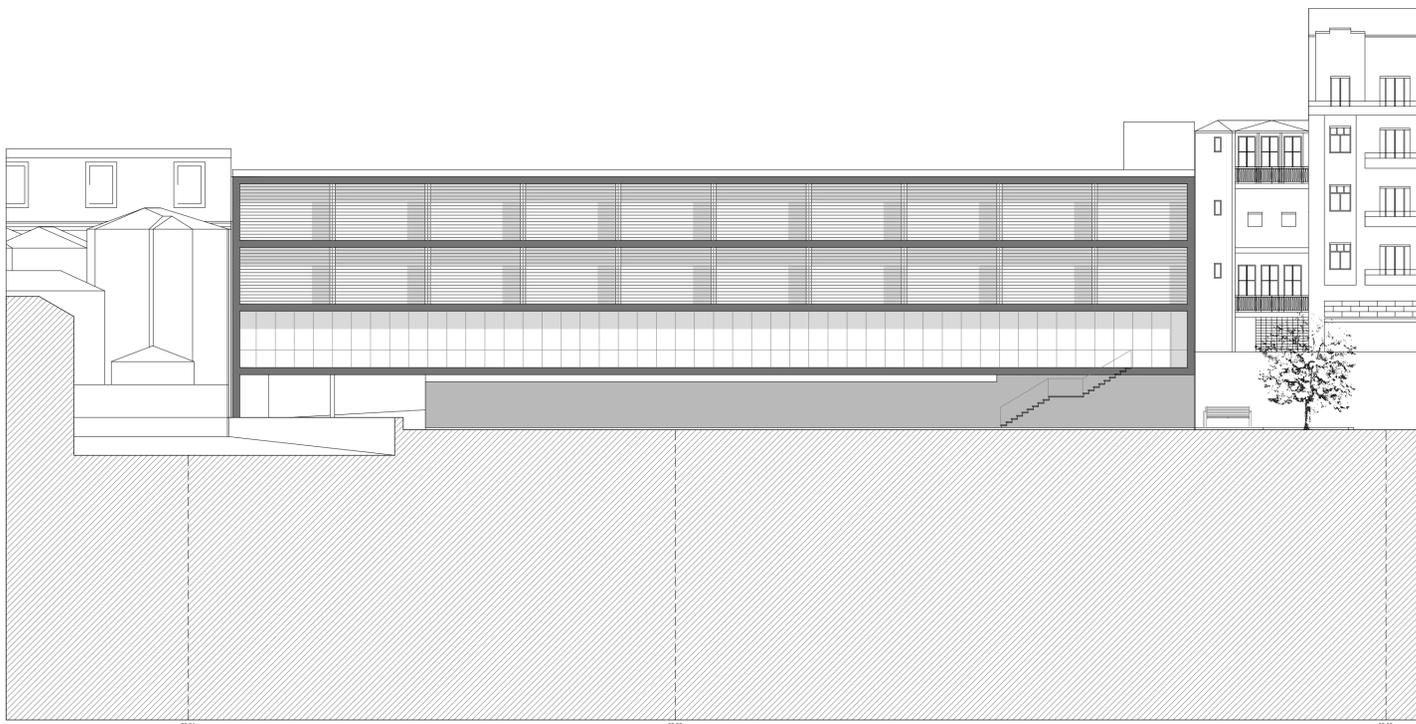
PLANTA COBERTURA_COTA 97.63



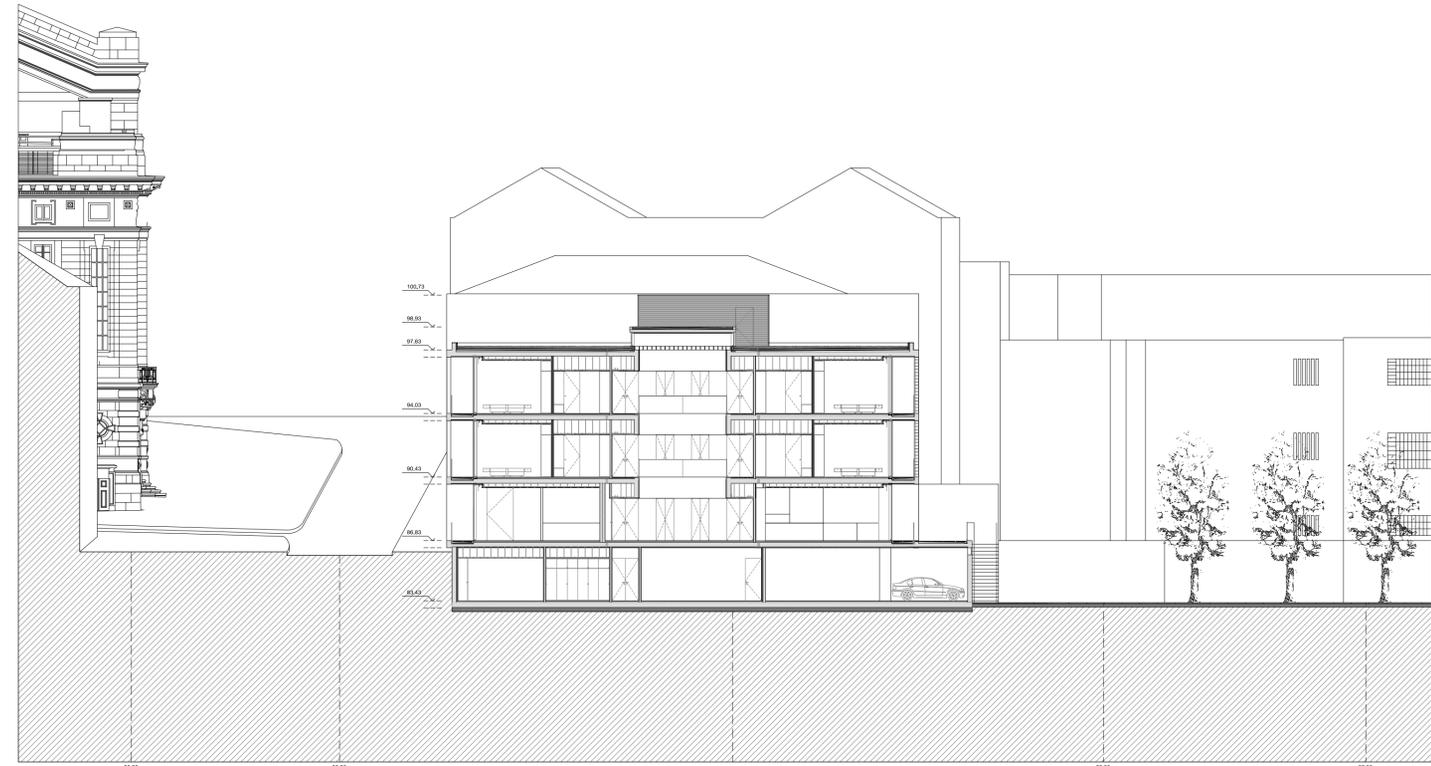
ALÇADO PRINCIPAL



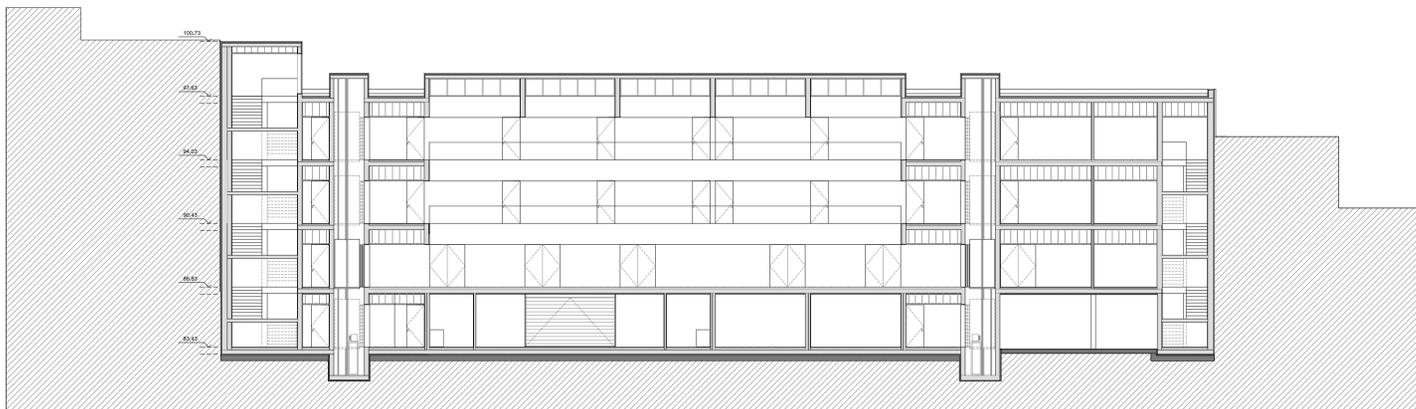
CORTE B-B



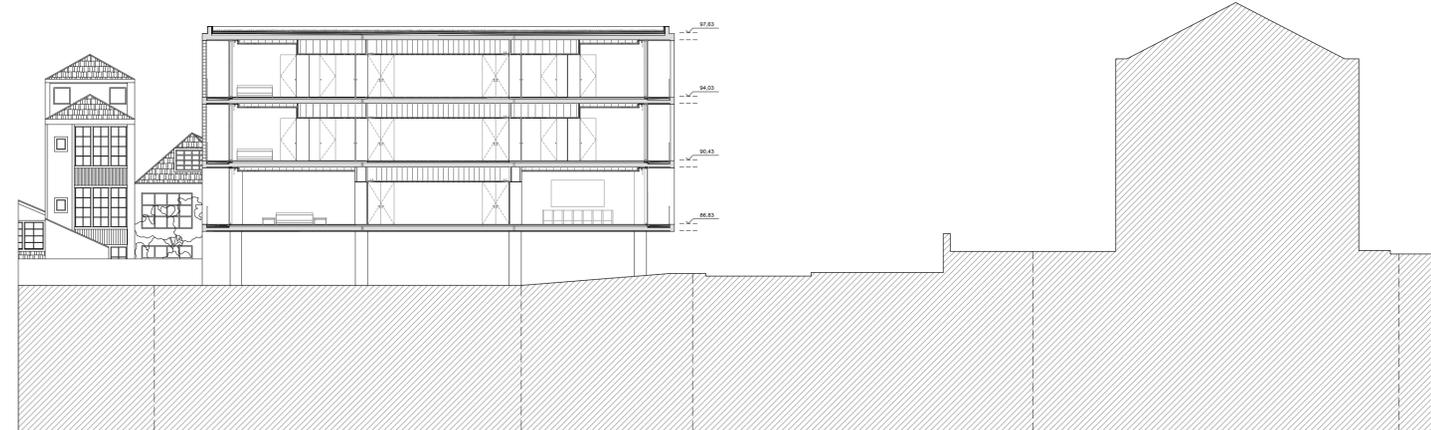
ALÇADO POSTERIOR



CORTE C-C



CORTE A-A



CORTE D-D

